



# PANORÂMICO

## PERIÓDICO DO OMPV



## **CONSELHO EDITORIAL**

**General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior**  
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

**Coronel QEMA Alexandre Santana Moreira**  
Chefe do Instituto Meira Mattos

## **EQUIPE EDITORIAL**

**Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues**  
Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

## **REVISORES DE LINGUAGEM**

**Tenente-Coronel Alessandra Maciel Ramundo**  
Chefe da Seção de Ciências Gerais

**Major Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira**  
Professora de Inglês da ECEME

**Major Mônica da Silva Boia**  
Professora de Espanhol da ECEME

**1º Tenente Bruna Renova Varela Leite**  
Professora de Espanhol da ECEME

## **DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA**

**Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues**  
Responsável pela diagramação

**Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira**  
Responsável pelo design gráfico da capa

# PANORÂMICO

Periódico do Observatório Militar da Praia Vermelha



Vol. 1, nº 03, Setembro/Dezembro - 2022

ISSN 2965-0240 (online)

Panorâmico	Rio de Janeiro	Vol. 1	nº 03	p. 1-58	Set/Dez - 2022
------------	----------------	--------	-------	---------	----------------

## **SOBRE**

O Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV) tem como missão realizar estudos políticos e estratégicos de interesse da área militar, bem como busca contribuir para o incremento e difusão da mentalidade de Defesa no Brasil. Para tanto, o OMPV está organizado atualmente em oito áreas temáticas: Conflitos Bélicos e Terrorismo; Defesa Cibernética; DQBRN; Geopolítica e Defesa; Missão de Paz; Movimentos Migratórios e Segurança na Faixa de Fronteira; Segurança Pública e Crime Organizado Internacional; e Sistemas Bélicos e Simulação.

Para a produção de conhecimento, o OMPV conta com o apoio de pesquisadores civis, pesquisadores militares, professores doutores, alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, instrutores da ECEME, alunos da ECEME e oficiais de nações amigas servindo na Escola. Além dessa equipe, o OMPV ainda recebe a colaboração de pessoas externas à ECEME.

O Panorâmico é uma publicação quadrimestral deste observatório e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no *site* do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados às oito áreas temáticas citadas anteriormente.

Para mais informações, visite a página do OMPV na *internet* ([www.ompv.eceme.eb.mil.br](http://www.ompv.eceme.eb.mil.br)). Contando com produtos como palestras, relatórios, artigos de opinião, análises, entrevistas aos meios de imprensa e bibliografias em geral, o leitor poderá verificar a existência de um *portfólio* robusto e diversificado de contribuições dadas pelo OMPV à sociedade, em seus pouco mais quatro anos de existência.

### **ENDEREÇO E CONTATO**

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, CEP: 22290-270, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895

Site: [www.ompv.eceme.eb.mil.br](http://www.ompv.eceme.eb.mil.br)

Email: [ompv@eceme.eb.mil.br](mailto:ompv@eceme.eb.mil.br)

### **PROPRIEDADE INTELECTUAL**

Os textos publicados não refletem a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):**

---

C567c      Panorâmico: Periódico do OMPV. Vol. 1, nº 3 - Rio de Janeiro: ECEME, 2022  
- v.: il. ; 28 CM.

Quadrimestral

1. Ciências Militares. 2. Estratégia. 3. Geopolítica. 4. Relações Internacionais.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Brasil.

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> <i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	<b>5</b>
<b>PRIMEIRA PARTE - O MUNDO</b>	<b>6</b>
<b>Incertezas geopolíticas em 2022 e a Teoria de Pierre Lellouche</b> <i>Bruno Lion Gomes Heck</i>	<b>7</b>
<b>A previsibilidade de agressão nos conflitos armados: uma análise da guerra russo-ucraniana</b> <i>Thiago Britto de Albuquerque</i> <i>Leandro Leite de Almeida</i>	<b>12</b>
<b>A Geopolítica da Turquia de Erdoğan: entre o Ocidente e o Oriente</b> <i>Lohanna Rodrigues Reis</i>	<b>18</b>
<b>Da Tática a Prática: a Teoria do Poder Aéreo na Segunda Guerra Mundial</b> <i>Rodrigo Tavares Ferreira</i>	<b>26</b>
<b>SEGUNDA PARTE - O BRASIL E O SEU ENTORNO</b>	<b>33</b>
<b>A importância estratégica dos Tiros de Guerra</b> <i>Marco André Menezes dos Santos</i> <i>Maykon Dutra Barbosa</i>	<b>34</b>
<b>Direito Internacional dos Conflitos Armados: a (in)aplicabilidade nas Operações de Garantia da Lei e da Ordem</b> <i>Leandro Tafúri Mattoso</i> <i>Leandro Leite de Almeida</i> <i>Moabe da Costa Luna</i>	<b>40</b>
<b>As forças cibernéticas e o conceito operativo do Exército</b> <i>Augusto Espina Pazos</i>	<b>47</b>
<b>Pensar Defesa para além da política: o papel da Economia de Defesa na consolidação da Base Industrial de Defesa</b> <i>Amanda Neves Leal Marini</i>	<b>53</b>

# APRESENTAÇÃO

*Anselmo de Oliveira Rodrigues\**

Como coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha, é com grande satisfação que apresento o terceiro número do Panorâmico, publicação quadrimestral do OMPV, vinculado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no site do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados à Segurança, à Defesa e outros temas correlatos que estão acontecendo no Brasil e seu entorno regional, bem como nas demais regiões do globo.

Neste número, o Panorâmico apresenta oito artigos assinados por seus autores, que foram escolhidos para representarem os demais articulistas que publicaram no OMPV entre setembro e dezembro de 2022. Além de artigos, nas oito áreas temáticas que compõem o OMPV há outros produtos, como vídeos, palestras, seminários, *clippings* (recortes das manchetes e *links* de diversas reportagens relacionadas ao tema em estudo), dentre outros.

Na primeira parte, voltada para as principais questões referentes à segurança e defesa que acontecem no globo terrestre, o Panorâmico apresenta estudos que abordam a geopolítica em diferentes perspectivas: o primeiro artigo reflete sobre as incertezas do mundo contemporâneo, o segundo artigo apresenta uma metodologia capaz de antever conflitos, o terceiro artigo destaca a geopolítica praticada pela Turquia nos dias de hoje e o quarto artigo revisita a história da segunda guerra mundial sob o prisma da teoria geopolítica do poder aéreo. Na segunda parte, vocacionada para as principais questões atinentes à segurança e defesa relativas ao Brasil e a seu entorno regional, o Panorâmico apresenta um artigo que evidencia a importância estratégica dos Tiros de Guerra, outro artigo que enfatiza a inaplicabilidade do DICA em operações de GLO, um artigo que ressalta a importância da cibernética para o Exército Brasileiro e o último artigo reflete sobre a importância da economia na Base Industrial de Defesa do Brasil.

Espero que todos os leitores gostem das pesquisas contidas neste número, da mesma forma que convido demais militares, acadêmicos, diplomatas, autoridades públicas e a sociedade em geral a realizarem suas contribuições relacionadas à segurança, defesa, estratégia, geopolítica e relações internacionais nos próximos números do Panorâmico. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, ela é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade!

---

\* Coronel do Exército Brasileiro e Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha.

# PRIMEIRA PARTE



## O MUNDO

# INCERTEZAS GEOPOLÍTICAS EM 2022 E A TEORIA DE PIERRE LELLOUCHE\*

*Bruno Lion Gomes Heck<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

O estudo da influência dos fatores geográficos na tomada de decisões no âmbito nacional e no relacionamento entre os Estados teve grande impulso no início do século XX. Proeminentes pensadores elaboraram teorias que direcionaram o comportamento de países e forneceram guias de ação para seus líderes, exercendo grande influência para a construção da paz ou, até mesmo, para a eclosão de guerras e animosidades.

Ainda hoje, o estudo da geopolítica detém importância por fornecer uma visão acerca das ameaças e das oportunidades para o atingimento dos objetivos estratégicos. A atual realidade, entretanto, progressivamente mais volátil, incerta, complexa e ambígua, dificulta o reconhecimento dos desdobramentos dos acontecimentos e o estabelecimento das melhores linhas de ação.

Nesse contexto, a análise da obra dos principais pensadores pode auxiliar na visualização de quais serão os próximos passos. À medida que as sociedades foram evoluindo e se reorganizando política e culturalmente, algumas das teorias geopolíticas perderam relevância, enquanto outras foram confirmadas. Mafrá (2006) apresentou as principais delas, das quais destacamos as de *Ratzel*, *Mahan*, *Mackinder*, *Spykman*, *Rufin* e *Brochard*.

## 2. Os Principais Pensadores Geopolíticos

Ratzel propôs, na virada do século XIX para o século XX, sendo suportado pelo pensamento de *Kjellen*, o conceito de espaço vital, ou *Lebensraum*. De forma geral, ele postulou que as nações fortes tenderiam a se expandir, englobando outras mais fracas e tornando-se, nesse processo, progressivamente mais poderosas e mais aptas a se ampliar. Tal formulação fez parte da ideologia alemã da primeira metade do século XX e foi um dos fatores que levaram à postura internacional ofensiva do partido nazista, colaborando para a ocorrência da Segunda Guerra Mundial.

Contemporaneamente a *Ratzel*, *Mahan* propôs a teoria do poder marítimo. Segundo ele, a nação que dominasse a vastidão dos mares seria capaz de obter grande vantagem no relacionamento com os demais países e de explorar as riquezas do mundo. Diversos Estados, ao longo de suas histórias,

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 30 de setembro de 2022.

<sup>1</sup> Major do Exército Brasileiro e atualmente realiza o CAEM na ECEME.



empregaram esse conhecimento de maneira empírica, e, mais recentemente, Reino Unido e Estados Unidos são exemplos de sua aplicação.

*Mackinder* foi outro pensador da virada do século XIX para o século XX, cujas teorias geopolíticas exerceram grande impacto na elaboração das políticas públicas de alguns países. Segundo ele, o mundo é dominado pela “ilha-mundo”, composta pela grande massa de terras formada pelos continentes europeu, asiático e africano. Para controlá-la, seria necessário submeter seu “coração”, ou *Heartland*, localizado entre a Ásia e a Europa. Para ter a posse dessa região, seria fundamental governar o Leste Europeu. A ex-União Soviética foi o Estado que mais se aproximou desse intento, com o estabelecimento da cortina de ferro após a Segunda Guerra Mundial.

Como forma de evitar o cenário descrito por *Mackinder*, *Spykman* desenvolveu a teoria das fímbrias, ou *Rimland*, entendida como sendo as regiões intermediárias entre o centro do continente eurasiático e os mares quentes que o cercam. Segundo o autor, tendo o seu domínio seria possível evitar que a nação controladora do *Heartland* expandisse seu poder para o restante do mundo. Esse pensamento levou à geoestratégia de contenção soviética levada a efeito pelo bloco ocidental, sob a liderança dos Estados Unidos, durante a Guerra Fria.

Com a derrocada da ex-União Soviética, caracterizada pela queda do muro de Berlim em 1989, teve fim a Guerra Fria e, com ela, a bipolaridade que regia as relações internacionais. Essa nova realidade exigiu esforço adicional de pensadores geopolíticos para conceituar a nova organização do poder mundial. De forma geral, a linha de raciocínio predominante naquele momento era que, superado o conflito Leste-Oeste, ele seria substituído por outro entre o Sul e o Norte, este composto por países ricos e dominantes, aquele por nações subdesenvolvidas e dominadas.

Nesse sentido, *Ruffin* propôs a teoria dos Limes, criando a imagem de um Império ao norte sendo ameaçado por novos bárbaros do sul. Para que estes não ameaçassem o bem-estar daquele, seria necessário criar um cordão de isolamento que receberia a quantidade de investimento suficiente para conter uma invasão migratória do sul para o norte, contendo, dentre outros locais, o México e o norte da África.

Para evitar uma desorganização da economia mundial, *Brochard* teorizou a composição de quatro blocos distribuídos no sentido Norte-Sul. Cada qual teria sua moeda própria e ficaria sob a liderança de uma potência. O primeiro bloco seria liderado pelos Estados Unidos, o segundo bloco seria liderado pelas nações desenvolvidas da Europa, o terceiro bloco seria liderado pela Rússia e o quarto bloco seria liderado pelo Japão. Nessa concepção, os países do Sul seriam fornecedores de matérias-primas, de mão de obra barata e de mercado abundante. A tentativa de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), nos anos 1990, é o exemplo mais clássico dessa forma de pensamento geopolítico.

Entre os teóricos dessa fase, cabe destaque ao brasileiro *André Martin*. Sua proposta de geopolítica meridionalista (DE ALBUQUERQUE, 2016) representou a busca de uma alternativa para o Brasil se posicionar de maneira mais assertiva em um contexto progressivamente mais complexo, integrado e competitivo. Segundo ele, a cooperação Sul-Sul seria o caminho para superar a dependência tecnológica do Sul em relação ao Norte, por meio do desenvolvimento adaptado às realidades da região, bem como da dependência econômica, com a exploração das potencialidades locais e o aproveitamento das menores distâncias para comércio representado pelas rotas do Atlântico Sul. O instituto do IBAS, forma de relacionamento entre Índia, Brasil e África do Sul, teria sido uma tentativa de concretizar essa ideia.

### **3. O Cenário Contemporâneo**

O início da terceira década do século XXI, entretanto, é marcado por dois eventos dramáticos e altamente disruptivos da ordem mundial: uma pandemia, que não ocorria há aproximadamente cem anos, e uma guerra entre Estados na Europa, a maior desde a Segunda Guerra Mundial.

O primeiro deles foi a pandemia de covid-19, uma emergência global de saúde que afetou gravemente todos os países, independentemente de seu nível de progresso econômico ou inclinação política. Ela escancarou, conforme Kissinger (2020), as vulnerabilidades de um mundo altamente interconectado, com cadeias logísticas intrincadas e dependentes de diversos fornecedores e produtores espalhados ao redor do planeta. Os interesses nacionais e os assuntos de segurança em suas diversas dimensões, como a segurança econômica e a segurança alimentar, assumiram grande relevância nas discussões públicas. A importância do desenvolvimento de capacidades tecnológicas e produtivas autóctones ficou evidente, levando as populações a repensarem conceitos liberais e globalizantes. O protecionismo, a defesa das fronteiras e outras práticas que haviam sido relegadas a segundo plano durante a multilateralização do mundo no início do século XXI voltaram à tona, reforçando o paradigma realista nas relações internacionais (SILVA GOMES, 2020).

O segundo evento foi a invasão da Rússia sobre a Ucrânia, ou, conforme declarações russas, ação militar especial na região do *Donbass*, em resposta à contínua expansão da OTAN em direção às suas fronteiras, comportamento que representou uma ameaça à sua segurança e soberania (FISHER, 2022). A consequência foi a eclosão de uma guerra nos moldes tradicionais, entre Estados, quebrando o predomínio de conflitos de baixa intensidade entre atores estatais e não-estatais deflagradas no contexto da guerra ao terror das últimas décadas, os quais haviam levado muitos países a questionar a necessidade de manter investimentos em suas Forças Armadas nas ações convencionais.

As ações bélicas da Rússia têm suscitado muitos debates sobre a existência de fraturas no tecido que mantém o ocidente e a OTAN. A crescente importância da pauta econômica para as populações ocidentais, em detrimento dos assuntos militares, levou a discussões dentro da OTAN acerca de quais seriam as principais ameaças, sobre as quais deveriam recair os esforços de preparação militar.

Para os Estados Unidos, o foco deveria ser dado à China e suas pretensões de expansão por meio da Nova Rota da Seda e da política do Colar de Pérolas, enquanto para os países europeus a agressividade dos posicionamentos de *Vladimir Putin* deveria ser levada em conta para se manter a atenção sobre os russos. As reiteradas propostas de criação de forças de defesa europeias, principalmente por parte da França, enfrentaram oposição dos Estados Unidos, ao passo que estes levaram a efeito acordos com a Austrália, com previsão de doação de submarinos com propulsão nuclear, para descontentamento dos europeus. Isso reforça as dificuldades no relacionamento entre os principais líderes da aliança atlântica.

Ao mesmo tempo, a polarização política nos Estados Unidos, com tentativas de desacreditar o sistema eleitoral, desmoralizam um dos pilares culturais daquela potência, qual seja: sua democracia. Ademais, a debilidade econômica persistente desde as crises dos *subprimes*, instaurada na primeira década do século XXI, reforçada pelas crises migratórias, pelo “*brexit*” e pela pandemia de covid-19, dificulta a continuidade da integração política e do crescimento econômico europeu, levando a índices de inflação desconhecidos pela atual geração.

Adicionalmente, o alegado fracasso dos norte-americanos no Afeganistão, com uma retirada aparentemente desordenada que resultou na ascensão ao poder em *Cabul* do próprio grupo que os norte-americanos combatiam por duas décadas, gerou questionamentos a respeito da capacidade dos Estados Unidos de ser a liderança da OTAN. Tudo isso dificulta o estabelecimento e a coordenação de uma resposta ocidental efetiva frente às ações russas.

A guerra da Rússia na Ucrânia gerou efeitos colaterais difíceis de serem previstos. A volta da percepção de possibilidade de conflito tradicional tem conduzido a planos de rearmamento dos Estados, com acordos recordes para vendas de armas e munições aos países europeus. Os nórdicos Finlândia e Suécia romperam sua neutralidade que durava desde a Segunda Guerra Mundial, requerendo ingresso na OTAN, o que ocasionou uma rápida resposta russa. A ameaça de utilização de armamentos atômicos por parte dos russos tem gerado intensos debates no bloco ocidental, os quais percebem que precisam responder à altura caso isso ocorra, mas também sabem que a ocorrência de uma guerra nuclear trará gravíssimas consequências para o continente europeu, com as quais os políticos podem não estar preparados para arcar. De tudo isso se vale o governo russo para explorar as fraquezas e as idiosincrasias da aliança atlântica, na tentativa de aprofundar suas fissuras e possibilitar uma reformulação do equilíbrio de poder que recoloca a Rússia no centro do tabuleiro.

#### **4. Considerações Finais**

Em vista da complexidade do mundo contemporâneo, a busca de apoio nas proposições dos pensadores geopolíticos leva ao encontro de *Pierre Lellouche* e sua teoria da incerteza ou da turbulência (MAFRA, 2006).

*Pierre Lellouche* formulou, em 1992, um cenário em que a(s) grande(s) potência(s) não teria(m) capacidade de projetar sua(s) hegemonia(s) em todo o planeta, criando um ambiente de anarquia internacional com horizonte temporal de trinta anos. Ou seja, em 2022 o mundo passaria a ser estruturado com base em outra ordem mundial.

De fato, os eventos ocorridos na terceira década do século XXI, mormente a pandemia de covid-19 e a guerra entre Rússia e Ucrânia, apontam para uma reorganização do globo assentada em uma polarização entre um bloco ocidental-atlântico, composto principalmente pelos Estados Unidos, pela União Europeia, pela Austrália e pelo Japão, em oposição a um bloco euroasiático, baseado na Rússia e na China, tendendo a agregar parte do Oriente Médio e da Ásia Central, e possivelmente os tigres asiáticos. Os países do sul, nesse contexto, teriam perdido a oportunidade oferecida por *André Martin* de se afirmarem como um terceiro poder, em virtude especialmente da crise econômica brasileira, da crise econômica sul-africana e do aumento do nacionalismo indiano.

O ambiente internacional tem enfrentado mudanças acentuadas nos tempos atuais. Os eventos dos últimos anos são fatos portadores de futuro que apontam para uma realidade não prevista pela maioria dos pensadores geopolíticos no final da Guerra Fria. *Pierre Lellouche*, porém, pode ter acertado em cheio em sua designação do ano de 2022, como sendo o marco temporal para o estabelecimento de uma nova ordem mundial.

#### **Referências:**

DE ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin.** Revista de Geopolítica, Vol. 5, nº 2, p. 5-18, 2016.

FISHER, Max. **Putin's Case for War, Annotated.** The Interpreter, 2022. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/02/24/world/europe/putin-ukraine-speech.html>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

KISSINGER, Henry A. **The Coronavirus Pandemic Will Forever Alter the World Order.** The Washington Street Journal, 2020. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/the-coronavirus-pandemic-will-forever-alter-the-world-order-11585953005>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo.** São Paulo: Sicurezza, 2006.

SILVA GOMES, Túlio Endres da. **O mundo depois da pandemia: uma geopolítica pós-contemporânea?** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

# A PREVISIBILIDADE DE AGRESSÃO DOS CONFLITOS ARMADOS: UMA ANÁLISE DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA\*

*Thiago Britto de Albuquerque<sup>1</sup>  
Leandro Leite de Almeida<sup>2</sup>*

## 1. Introdução

A previsibilidade de ameaças externas é uma preocupação constante dos serviços de inteligência ao redor do mundo. O alerta oportuno pode impactar de forma significativa o resultado do conflito, pois permite em tempo hábil a concentração estratégica das forças militares e a obtenção de uma vantagem decisiva sobre o oponente. Os analistas de inteligência se dedicam a prever tempestivamente as intenções de uma ameaça antes que se tornem em ações num ambiente cada vez mais incerto, complexo, difuso e ambíguo.

No final da década de 1970, temendo um novo conflito mundial durante a Guerra Fria, o governo britânico encomendou um estudo metodológico que, por meio de um método eficaz, se propunha avisar as autoridades políticas e militares face a um ataque externo que pudesse causar danos aos objetivos vitais da Grã-Bretanha. À época, coube ao analista de inteligência *Doug Nicoll*, do *Joint Intelligence Committee (JIC)*, órgão de inteligência consultivo do Ministro da Defesa britânico, realizar esse trabalho (GOODMAN, 2007).

O Relatório *Nicoll*, como ficou conhecido, foi elaborado em 1982 e demonstrou a análise detalhada de sete ataques externos: as invasões soviéticas na Tchecoslováquia (1982), no Vietnã (1979), no Irã (1979) e na Polônia (1980); o ataque da Coalização Árabe em Israel (1972); o ataque da China ao Vietnã (1979); e a invasão do Iraque ao Irã (1980). A partir dessas agressões, foram levantadas cinco tendências comuns preexistentes a um ataque: 1) existência de um objetivo político-militar; 2) vontade e intenção política; 3) capacidade militar para conquistar esse objetivo; 4) estabelecimento de um processo decisório; e 5) preparação, mobilização e deslocamento de tropas (GOODMAN, 2007).

Desde então, os países mundo afora passaram antever possíveis cenários em suas áreas de influência e de interesse. Para tanto, por meio de suas Forças Armadas e órgãos consultivos, tais países têm realizado estudos prospectivos com vistas a mitigar ou até neutralizar possíveis ameaças

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 11 de outubro de 2022.

<sup>1</sup> Major do Exército Brasileiro e atualmente realiza o curso de Mestrado na ECEME.

<sup>2</sup> Major do Exército Brasileiro e atualmente realiza o curso de Mestrado na ECEME.

ou danos que podem ocorrer. Em vista dessa realidade e considerando a relevância da guerra russo-ucraniana, este artigo tem por objetivo analisar a previsibilidade de agressão nos conflitos armados, tomando como base as cinco tendências levantadas no relatório *Nicoll*, selecionando a guerra russo-ucraniana como estudo de caso.

## **2. A existência de um Objetivo Político-Militar**

O emprego pleno das expressões do poder de um país, com preponderância militar, justifica-se pela designação de um objetivo. Nos casos estudados, os relatórios do *JIC* revelaram que os potenciais agressores justificaram o emprego das capacidades militares pela imposição de um objetivo nítido para legitimar as ações e obter apoio antes do conflito. Como exemplo, há o caso da ex-União Soviética que, devido à desaprovação da opinião pública mundial e a falta de legitimidade de suas ações, adiou os planos de invadir a Tchecoslováquia entre março e agosto de 1968, até encontrar um objetivo que garantisse o apoio interno para a invasão.

Nos dias atuais, percebe-se que a Ucrânia representa para os russos mais do que uma disputa por independência das regiões separatistas. *Crimeia, Donbas, Luhansk e Donetsk* são áreas ligadas historicamente à nacionalidade e à cultura de Moscou. Por esse fato, o governo russo adota uma postura oficial de proteger os direitos e os interesses de nacionais no exterior, amparada na Estratégia de Segurança Nacional e na Política Externa do país. Além disso, o território ucraniano representa um objetivo fundamental para a geopolítica russa, pois mantém os europeus ocidentais e as influências norte-americanas longe de suas fronteiras.

Localizado literalmente entre o Ocidente e o Oriente, o território ucraniano possui extensas planícies e é carente de obstáculos naturais de vulto, aspectos que o tornam de fácil locomoção e transposição. Não custa lembrar que foram através desses terrenos pouco acidentados que as tropas alemãs invadiram a Rússia na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Manter a Ucrânia sob a sua esfera de influência é um objetivo militar permanente para os russos, pois os assegura uma profundidade estratégica em relação à Europa, no caso de uma nova ofensiva contra o seu território. Ademais, é através destas províncias que Moscou mantém acesso terrestre à *Crimeia* e a sua principal base naval de *Sebastopol*. O controle dessa região permite aos russos o acesso às águas quentes do Mar Negro e do Mar de *Azov*, únicas navegáveis durante todas as estações do ano e fundamentais para o comércio exterior russo.

Assim, pode-se inferir, parcialmente, que Moscou estabeleceu um objetivo político em relação à Ucrânia e iniciou a conquista deste a partir da anexação da *Crimeia*, em 2014.

### **3. Vontade e Intenção Política**

Conforme consta no Relatório de *Nicoll*, a vontade e a intenção política podem ser descritas e representadas pelos atos de um líder ou presidente do país. Em agosto de 1973, os chefes do Egito e da Síria aprovaram e intensificaram os planos para invasão de Israel. *Anwar al-Sadat*, presidente do Egito na época, determinou a redução do tempo de preparação do ataque a fim de atacar os israelenses antes de qualquer possibilidade de uma mobilização plena. Essa decisão unilateral política causou a falta de sincronização do ataque da Liga Árabe. A guerra, em sua essência, é um ato político (CLAUSEWITZ, 1983). A vontade e a intenção do presidente egípcio, além de iniciar o conflito, foi determinante para os resultados da guerra.

No conflito russo-ucraniano, está claro que *Vladimir Putin* representa a liderança máxima no governo russo. Desde 1999 no poder, *Putin* tem se revezado no cargo de Presidente e Primeiro-Ministro. Para *Vladimir Putin*, a maior tragédia geopolítica do século XXI foi o colapso soviético. Em 2008, quando a Ucrânia manifestou a intenção de aprofundar os laços de integração com a União Europeia e com a OTAN, o líder russo se pronunciou dizendo que, caso isso acontecesse, a Rússia lutaria para anexar o leste do território ucraniano.

Pelo exposto, pode-se inferir parcialmente que a vontade e a intenção de *Vladimir Putin* em manter a Ucrânia sob a esfera de influência russa está sendo determinante para o projeto de poder russo. A Rússia tem buscado reconstruir um projeto de segurança nacional, viável aos seus interesses no continente europeu, sendo a Ucrânia uma peça fundamental para isso (BRZEZINSKI, 1997; KARAGANOV, 2022).

### **4. Capacidade Militar**

A capacidade militar, conforme definido no relatório *Nicoll*, reflete a necessidade de uma capacidade militar para conquistar objetivos definidos. A geração de capacidades envolve o desenvolvimento de um conjunto de aptidões de uma força militar e se caracteriza pelo aprimoramento da doutrina, organização, adestramento, material, educação, pessoal e infraestrutura (BRASIL, 2015).

Os países agressores procuram aprimorar a capacidade operativa de suas tropas, como ocorreu no ataque soviético à Tchecoslováquia e ao Afeganistão, em que foram dedicados cerca de 4 a 5 meses de estudos, discussões e treinamento preparando as forças. As forças chinesas levaram mais de 3 meses se preparando para a invasão do Vietnã, que foi precedida por intensos estudos sobre as forças dos vietnamitas. Para a Guerra de *Yom Kippur*, a Liga Árabe se preparou por 9 meses para estar pronta.

Nesse ínterim, a Federação Russa aumentou os investimentos em defesa, promovendo o desenvolvimento de tecnologias sensíveis, como a cibernética, e a modernização dos equipamentos militares, a exemplo de mísseis balísticos. Os exercícios militares se tornaram cada vez mais frequentes, com o intuito de aperfeiçoar o adestramento da tropa, como visto em 2013, quando os russos simularam um ataque nuclear contra a Suécia. A presença militar russa na fronteira ucraniana foi sendo sistematicamente expandida, principalmente no Mar Negro, com a incorporação de novos submarinos e fragatas, equipados com mísseis de cruzeiro de longo alcance.

Dessa maneira, verifica-se, de forma parcial, que a Rússia aumentou suas capacidades militares a fim de atingir os objetivos políticos-militares a que se destina, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e do domínio de capacidades que poderão obter um efeito decisivo no campo de batalha.

## **5. Estabelecimento de um Processo Decisório**

O processo decisório se inicia antes da agressão. *Doug Nicoll* aduziu que essa fase pode ser observada pela autorização de planos e ordens para a execução do ataque pelas autoridades máximas de um país. A intervenção soviética na Tchecoslováquia em 1968, e no Afeganistão em 1979, foram autorizadas pessoalmente pelo presidente *Brezhnev*, o qual se envolveu de forma crítica em todas as fases do processo decisório. Além disso, o próprio *Brezhnev*, possivelmente, tomou a decisão para autorizar a mobilização de reservistas em 1968. Esses fatos demonstram o estabelecimento de um processo decisório que envolve, desde a concepção e a determinação dos planos no nível político, até as ordens de desencadear o ataque.

Os planos que conduzem a um ataque, geralmente, são de caráter sigiloso. Pode-se ter como indício do processo decisório russo a divulgação da proposta de acordo com a OTAN, cujo objetivo era “garantir a segurança da Federação Russa e dos Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte”, em 17 de dezembro de 2021. A intenção de Moscou era basicamente reaver a situação do Ato de Relações Mútuas, Cooperação e Segurança, assinado em 1997, entre a OTAN e a Rússia. Além disso, ainda no decorrer desse processo, houve a grande diminuição de diplomatas russos em *Kiev*, capital da Ucrânia, o que pode ratificar, mais uma vez, a execução de um plano e a escalada da crise. Nesse diapasão, infere-se que a Federação Russa estabeleceu um processo decisório, observando a reação da comunidade internacional em adotar ou não as suas exigências e que evoluiu de forma gradual, de uma situação de crise para uma situação de conflito.

## **6. Preparação, Mobilização e Adestramento**

O comitê de inteligência afirmou que é possível observar essa fase a partir da concentração de tropas em regiões estratégicas. Cobrir 27 divisões soviéticas nas fronteiras com a Tchecoslováquia



em 1968, era algo praticamente impossível. A ex-União Soviética anunciou, então, a ocorrência de um exercício logístico, denominado *Neman*, seguido de outra atividade militar operacional. A concentração estratégica permite ao atacante obter superioridade inicial e a iniciativa no combate, o que podem ser determinantes para o resultado decisivo do conflito armado.

A Federação Russa realizou, em 14 de janeiro de 2021, uma série de manobras junto à Bielorrússia, na fronteira norte da Ucrânia. Ainda, ocorreu um grande exercício naval, envolvendo cerca de 140 navios, 60 aviões e 10.000 militares, nos Mares Mediterrâneo, Norte e de *Okhotsk*. Em março e abril de 2021, houve outro grande exercício militar no Distrito Militar do Sul, ao término do qual, não foram desmobilizados os meios. Após esse exercício, houve uma nova concentração de tropas nos Distritos Militares do Centro e Oeste, o que configurou a maior mobilização de forças militares desde a anexação da *Crimeia*. Ao todo, mais de 100 mil soldados e um conjunto de aparatos militares, como carros de combates e veículos blindados, estavam presentes na fronteira com a Ucrânia, além da concentração de tropas da Marinha no Mar Negro.

Essa tática de concentração de tropas dissimuladas por meio da execução de exercícios militares já havia sido alertada no Relatório de *Nicoll*, o qual reportou como óbvio que exercícios repetidos reiteradamente visam aos governos obter posições de vantagem estratégica para o emprego do poder militar sem alertar ao oponente, como percebido na invasão turca ao Chipre, em 1974.

Assim, verifica-se que a Rússia utilizou a referida técnica, mobilizando um grande efetivo militar junto à fronteira com a Ucrânia, concentrando o maior efetivo militar naquela região desde o final de Guerra Fria.

## 7. Conclusão

Por fim, pode-se observar que, em que pese as nações estarem inseridas em um mundo cada vez mais complexo, com ameaças de atores estatais e não estatais, o Relatório de *Nicoll* ainda se apresenta como uma ferramenta oportuna para alertar as autoridades políticas e militares quanto à iminência de um ataque externo, conforme constatado ao longo do texto por ocasião da guerra russo-ucraniana.

## Referências:

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35\_G01 - Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB70-D-10.002 - Concepção de Preparo e Emprego da Força Terrestre**. Brasília: Exército Brasileiro, 2019.

BRZEZINSKI, Z. K. **The grand chessboard: American primacy and its geostrategic imperatives.** New York: Basic Books, 1997.

BROWN, David. **Ukraine conflict: Where are Russia's troops?** BBC News, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-60158694>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

FARIAS, Hélio Caetano. **Geopolítica e Guerra na Ucrânia: algumas considerações.** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

GOODMAN, S. Michael. **The Dog That Didn't Bark: The Joint Intelligence Committee and Warning Aggression.** Cold War History, Vol. 7, n° 4, p. 529-551, 2007.

KARAGANOV, Sergei. **It Is Not About Ukraine.** Russia in Global Affairs, 07 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/articles/it-is-not-about-ukraine/>. Acesso em: 01 de junho de 2022.

MOITA, Sandro Teixeira. **Análise de Situação - Crise na Ucrânia.** Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME.

# A GEOPOLÍTICA DA TURQUIA DE ERDOGAN: ENTRE O OCIDENTE E O ORIENTE\*

*Lohanna Rodrigues Reis<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

Num olhar geopolítico, pode-se dizer que a Turquia possui uma importância estratégica distinta, quando comparada a outros países ao longo da história. Isso se deve, principalmente, à sua privilegiada localização geográfica, pois grande parte do seu território está situado em uma região conhecida como *Anatólia*<sup>2</sup>, onde tem acesso a importantes mares e vias navegáveis.

Sua localização central entre os três continentes: Ásia, Europa e África, que se convergem através do mar Mediterrâneo, faz com que o país também desempenhe um importante papel na distribuição de energia oriundas do Oriente Médio e da Rússia para a Europa, da mesma forma que o país se posiciona como um elo de ligação entre os países ocidentais e os países islâmicos, pois é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

**Figura 1 - Estreitos de Bósforo e Dardanelos**



**Fonte: REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, 2022.**

Ademais, a importância geopolítica da Turquia deriva de diversos fatores, como por exemplo: a estabilização da região do mar Negro; o controle do estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos; suas atribuições enquanto país membro da OTAN; ser uma ponte energética entre os ricos recursos naturais da bacia do Cáspio e da Ásia Central e o mundo ocidental (TEMIZER, 2022).

Em vista disso, este artigo intenciona demonstrar a política independente adotada o presidente turco *Recep Tayyip Erdoğan* sob uma perspectiva realista clássica, contemporânea e não-ocidental.

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 29 de novembro de 2022.

<sup>1</sup> Bacharel em Relações Internacionais pela UFRJ. Redatora no periódico *Atlas Report - Análise Geopolítica* e Pós-Graduanda em *Digital Business* na USP.

<sup>2</sup> Também conhecida como Ásia Menor, *Anatólia* é uma península que constitui a parte asiática da Turquia, sendo delimitada pelo mar Negro ao norte e pelo mar Mediterrâneo ao sul (COLLON; LLOYD, 2022).

Para tal, será analisada a política externa da república da Turquia e seu posicionamento internacional enquanto ator independente e não exclusivamente como membro da OTAN; em seguida será analisada a guerra russo-ucraniana e suas consequências sociopolíticas para os países dessa região; por fim, com base no atual modelo de política externa que *Erdoğan* tem trilhado na Turquia, será realizada uma breve análise das possíveis tendências para o país no cenário internacional.

## **2. A Política Independente da Turquia - entre a OTAN e a Rússia**

Desde o início da guerra russo-ucraniana, o presidente turco *Recep Tayyip Erdoğan* tem balanceado sua política no que ele chama de "abordagem equilibrada" entre Moscou e Kiev, postura que possibilitou a Turquia de se tornar um ator fundamental durante o conflito, não só regionalmente, mas globalmente (AL JAZEERA, 2022). Não pelo acaso, a citada guerra ressaltou a importância estratégica da Turquia no tabuleiro geopolítico global, haja vista o controle que o país exerce junto ao estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos.

Com o objetivo de evitar uma crise alimentar global, *Erdoğan* aproveitou-se da localização estratégica da Turquia e intermediou o acordo de grãos, assinado por Moscou e Kiev em meio a guerra. Segundo Ulgen (2022), diretor da EDAM<sup>3</sup>, a capacidade de reunir os Ministros das Relações Exteriores russos e ucranianos e mediar um acordo para tirar os grãos ucranianos e russos do mar Negro valida a abordagem equilibrada da Turquia em relação aos dois países. Ulgen (2022) também afirma que a Turquia tem sido pró-Ucrânia sem ser anti-Rússia e que as autoridades turcas também estão cientes da linha tênue que existe entre não implementar sanções e de proporcionar a percepção global de que o país ajuda a Rússia.

Entretanto, a OTAN não está satisfeita com esse posicionamento. Para Ivo Daalder, ex-embaixador dos Estados Unidos da América junto à OTAN, *Erdoğan* descobriu uma maneira de jogar o seu jogo, mas está fazendo isso às custas de uma aliança que é a chave para sua própria segurança. Daalder (2022) afirmou também que o presidente turco está mantendo todas as suas opções abertas e que essa é a tendência dos países que pensam apenas em seu próprio interesse, postura diferente da proposta da OTAN, que é pensar e atuar em prol do coletivo.

Devido a isso, os países ocidentais estão ficando alarmados com o aprofundamento dos laços entre *Erdoğan* e *Vladimir Putin*, postura que eleva o nível de tensão entre os países da OTAN, pois aumenta a possibilidade de haver uma retaliação punitiva contra um de seus membros. Tal possibilidade está ancorada no questionamento feito por alguns países da OTAN sobre a postura da Turquia junto à Rússia em meio ao conflito, uma vez que a aliança está se esforçando para colocar

---

<sup>3</sup> Centro para Estudos Econômicos e Política Externa, sediado em Istambul, na Turquia (EDAM, 2022).

em prática as sanções impostas à Rússia (RFI, 2022). A Turquia, que não é membro da União Europeia, se recusou a aplicar sanções ocidentais contra a Rússia e está criando alternativas para trabalhar com os bancos russos sancionados de outra forma. Outro exemplo é o gás russo, que flui sem impedimento através do gasoduto *TurkStream*. Como se não bastasse, há também relatos de que a Rússia esteja buscando ajuda turca para fornecer “subsistemas” para suas armas, que não podem ser obtidos diretamente junto aos países ocidentais (RFI, 2022).

Segundo Daalder (2022), os benefícios que *Erdoğan* têm colhido junto à Rússia incluem infusões de dinheiro no banco central da Turquia, energia barata russa, um grande mercado de exportação, turismo russo renovado e, crucialmente, a aparente adesão russa aos esforços turcos para impedir o separatismo curdo na Síria, onde a Rússia apoia o governo sírio de *Bashar al-Assad*.

Já a OTAN, por vezes se questiona se estaria melhor sem a Turquia, devido às obstruções do país contra alguns dos projetos da aliança, como por exemplo o breve veto da entrada da Suécia e da Finlândia. O preço para a retirada do veto foi a extradição de dezenas de pessoas pertencentes à organização política armada e separatista curda denominada de Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e de pessoas pertencentes ao movimento Fetö, liderado pelo clérigo *Fethullah Gülen*, que foi acusado de orquestrar a tentativa de golpe de 2016 contra o governo do então presidente turco *Recep Tayyip Erdoğan* (EURONEWS, 2022).

Portanto, apesar da insatisfação de alguns membros da OTAN com a participação da Turquia na aliança, bem como suas condições para permitir a adesão dos nórdicos, não há como ignorar a importância do país no tabuleiro geopolítico global. Os turcos têm uma longa participação na aliança, já que aderiram à OTAN em 1952, logo depois de se alinharem com o Ocidente durante a Guerra Fria. A Turquia dá à aliança uma posição estratégica crucial na interseção da Europa e da Ásia, abrangendo tanto o Oriente Médio quanto o mar Negro. Na esfera militar, o país exerce grande importância, pois é sede de uma base aérea dos Estados Unidos da América e também abriga armas nucleares norte-americanas (NTI, 2021). Como se não bastasse, a Marinha turca é suficientemente forte para fazer valer os interesses turcos em seu mar territorial, particularmente junto ao estreito de Bósforo e ao estreito de Dardanelos, força que ficou evidenciada no episódio em que impediu os navios russos de entrarem para o mar Negro através do estreito de Bósforo e do estreito de Dardanelos (REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA, 2022).

### **3. A Guerra na Ucrânia e as consequências no tabuleiro geopolítico da Ásia Central**

Uma das consequências geopolíticas ocasionadas pela guerra russo-ucraniana foi o afastamento da Rússia com os países da Ásia Central. Tal afastamento se deve ao fato de que muitos países da região se viram nas mesmas condições da Ucrânia e que, a qualquer momento, poderiam sofrer uma

invasão russa em seus respectivos territórios, sob a justificativa de que, em algum momento ao longo da história, aquele território pertenceu ao Império de Moscou (THE ECONOMIST, 2022).

Diante desse momento geopolítico instável, o presidente da Turquia - *Erdoğan*, tem atuado de forma silenciosa e tem se valido das circunstâncias para aumentar a influência turca na Ásia Central. Para tanto, *Erdoğan* busca fortalecer o Pan-Turquismo entre os países da região. Segundo Landau (1995), o Pan-Turquismo é uma ideologia nacionalista que surgiu no século XIX junto aos povos de língua turca e que visa a união de todos os povos turcomanos, ou seja, povos de língua turca. Estes povos incluem sociedades como os cazaques, uzbeques, quirguizes, uigures, azeris, turcomenos e turcos modernos.

Como exemplo da influência do Pan-Turquismo na geopolítica turca, em 2016, o então Presidente do escritório internacional do Partido dos Trabalhadores da Turquia (AKP), *Yunus Soner*, declarou que a Turquia teria planos para se afastar da OTAN, tanto por falta de confiança nas potências ocidentais, quanto por visar a unidade dos povos turcomanos. Soner (2016) declarou que antes de cancelar o tratado, as bases dos EUA na Turquia deveriam ser fechadas e a base industrial de defesa da Turquia deveria ser reorientada para a China ou para a Rússia, uma vez que estava conectada à indústria de defesa da OTAN. O ex-Presidente do AKP disse ainda que a OTAN intenciona dividir a Turquia e isso força o governo turco e todas as forças patrióticas turcas a questionarem o papel da aliança. Portanto, pode-se notar que os interesses da OTAN dificilmente irão se sobrepor aos interesses nacionais da Turquia e os países da região estão cientes disso.

**Figura 2 - Povos de língua turca**



Fonte: WIKIPEDIA, 2020.

Para Gostev (2022), a Turquia tem o potencial de explorar o conflito na Ucrânia para aumentar seu *soft power* regional, pois acredita-se que quanto mais conflito houver no espaço pós-soviético, mais influência turca poderá ocorrer nessa região e que essa assertiva não se aplica apenas à guerra

que está sendo travada entre russos e ucranianos, mas a todo e qualquer conflito que porventura vier a eclodir no espaço pós-soviético ou na região do Cáucaso. Um exemplo disso foi o conflito motivado pela disputa do território de *Nagorno-Karabakh*. Nesse conflito, foi observado o apoio da Turquia ao Azerbaijão para o esforço de guerra. Não por acaso, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Uzbequistão e a Hungria também declararam seu apoio político ao Azerbaijão, todos alinhados com a Turquia.

Outra ideologia política que encontra bastante aceitação na Turquia e nos países da Ásia Central é o Neo-Otomanismo. De acordo com Yavuz (2016), o Neo-Otomanismo se caracteriza por ser um movimento etno-religioso, diferente do Pan-Turquismo que é de natureza etno-racial. Em suma, o Neo-Otomanismo é uma ideologia que se baseia no passado otomano da Turquia para promover maior engajamento político da Turquia nas regiões que um dia pertenceram ao Império Turco (YAVUZ, 2016).

No Neo-Otomanismo, apesar da existência de diferentes etnias nessas regiões, a uniformidade religiosa é suficientemente forte o bastante para promover a unificação política desses locais. Apesar de ser rejeitado pelo governo atual, uma vez que entende que o Estado é laico, o Neo-Otomanismo chegou a ser associado à política externa intervencionista da Turquia no Mediterrâneo Oriental, no Chipre, na Grécia, no Iraque, na Síria, na África, na Líbia e em Nagorno-Karabakh.

**Figura 3 - Territórios sob controle do Império Otomano**



Fonte: GEOPOLITIKA.RU, 2017.

Diante dessas considerações, tudo leva a crer que a OTAN não parece ter interesse nos reais objetivos da Turquia, visto suas incessantes tentativas de direcionar a política externa turca, na direção oposta de suas metas, todas sem sucesso. A falta de entendimento sobre essas duas ideologias (Pan-Turquismo e Neo-Otomanismo), pode ocasionar um afastamento da Turquia perante à OTAN. Ou seja, o entendimento do Pan-Turquismo e do Neo-Otomanismo, são essenciais para compreender a política externa turca e como o país se movimenta no tabuleiro geopolítico regional e global.

#### **4. Considerações Finais**

Em uma coletiva de imprensa com seu homólogo sérvio *Aleksandar Vucic*, *Erdoğan* afirmou que não acredita que a atitude do ocidente esteja correta, porque essa seria uma política baseada em provocações (AL JAZEERA, 2022). Por essa razão, *Erdoğan* defendeu que a política externa turca, pautada pelo equilíbrio entre a Ucrânia e a Rússia, será mantida nos próximos anos, pois atendem as necessidades dos turcos.

A Turquia não só deixou de se unir ao regime de sanções ocidentais contra a Rússia, como assinou recentemente um novo acordo de cooperação econômica com Moscou, visando melhorar a economia turca que apresenta uma trajetória de declínio nos últimos anos. Sendo assim, as chances de reeleição de *Erdoğan* podem aumentar em 2023, quando o país terá novas eleições presidenciais.

De fato, a Turquia foi contra a invasão na Ucrânia, posicionamento que ficou explicitamente evidenciado no episódio em que impediu os navios russos entrassem no mar Negro através de seus estreitos e quando vendeu armas para Kiev (AL ARABIYA, 2022). Entretanto, *Erdoğan* parece ter três preocupações: 1) informar ao ocidente que ele pode fazer negócios com *Putin*; 2) informar que as taxas de câmbio sejam temporariamente aliviadas com o dinheiro vindo da Rússia; e 3) e alinhar-se à Rússia para uma possível incursão na Síria contra os curdos.

Cabe salientar que a OTAN não está satisfeita com o posicionamento de *Erdoğan*, principalmente após as sanções impostas à Rússia e não acatadas pela Turquia. Entretanto, a aliança demonstra precisar mais da Turquia do que o contrário, não os oferecendo muitas opções no momento, senão aceitar as exigências de *Erdoğan* e suas atitudes não alinhadas com as potências ocidentais, o que tem resultado em seu afastamento gradual da aliança, mas que ao mesmo tempo tem aumentado seu poder regional. Todavia, para o ocidente, a habilidade de *Erdoğan* de lidar com *Putin* não foi de todo ruim, o país manteve seus laços diplomáticos próximos com Moscou e está servindo como principal mediador entre Rússia e Ucrânia para garantir as entregas de grãos e possíveis conversas de paz

#### **Referências:**

AL ARABIYA. **Turkey grows cautious over selling weapons to Ukraine**. Al Arabiya, 2022. Disponível em: <https://english.alarabiya.net/News/world/2022/06/21/Turkey-grows-cautious-over-selling-weapons-to-Ukraine-Report>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

AL JAZEERA. **Erdogan decries Western policy towards Russia**. Al Jazeera, 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/9/7/erdogan-says-western-nations-using-provocations-against-russia>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.



COLLON, Dominique P. M.; LLOYD, Seton H. F. **Anatolia from the end of the Hittite Empire to the Achaemenian Period.** Britannica, 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Anatolia/The-Middle-Kingdom>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

DAALDER, Ivo. **Turkey: Difficult to live with, nearly impossible to live without.** Político, 2022. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/turkey-difficult-ally-west-recep-erdogan-russia-vladimir-putin/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

EDAM. **About Us.** EDAM, 2022. Disponível em: <https://edam.org.tr/en/about-us/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

EURONEWS. **Turkey demands Sweden and Finland extradite 'terrorists' after NATO deal.** Euronews, 2022. Disponível em: <https://www.euronews.com/2022/06/29/turkey-demands-sweden-and-finland-extradite-terrorists-after-nato-deal>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

GEOPOLITIK.RU. **The Global Blueprint for Neo-Ottomanism: Soft Power - Part 1.** Geopolitik.RU, 2017. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/en/article/global-blueprint-neo-ottomanism-soft-power-part-i>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

GOSTEV, Alexander. **Erdogan's games with Ukraine, Russia and the war. What does Turkey want?** Atlas of Peace, 2022. Disponível em: <https://www.svoboda.org/a/igry-erdogana-s-ukrainoi-rossiei-i-voinoi-chego-hochet-turcia/31815185.html>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

LANDAU, Jacob M. **Pan-Turkism: From Irredentism to Cooperation.** Bloomington: Indiana University Press, 1995.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE. **Turkey Overview.** Nuclear Threat Initiative 2021. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/turkey-overview/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

RADIO FRANCE INTERNATIONALE. **Turkey's ambiguous application of United Nations' sanctions on Russia.** Radio France Internationale, 2022. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/podcasts/international-report/20220404-turkey-s-ambiguous-application-of-united-nations-sanctions-on-russia>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

REDAÇÃO FORÇAS DE DEFESA. **Turquia fecha estreito de Bósforo e Dardanelos a navios de guerra.** Poder Naval, 2022. Disponível em: <https://www.naval.com.br/blog/2022/03/01/turquia-fecha-estreito-de-bosforo-e-dardanelos-a-navios-de-guerra/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

SONER, Yunus. **It's on eurasian countries to help turkey leave NATO.** Geopolitica.RU, 2016. Disponível em: <https://www.geopolitika.ru/en/article/its-eurasian-countries-help-turkey-leave-nato>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

TEMIZER, Murat. **Türkiye has a role in Azerbaijani gas reaching Europe.** Anadolu Agency, 2022. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/economy/turkiye-has-role-in-azerbaijani-gas-reaching-europe/2641585#>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

THE ECONOMIST. **Central Asian countries are subtly distancing themselves from Russia.** The Economist, 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/asia/2022/10/20/central-asian-countries-are-subtly-distancing-themselves-from-russia>. Acesso em: 25 de outubro de 2022.

ULGEN, Sinan. **Turkey's president wishes to maintain friendly ties with Russia and Ukraine.** EDAM, 2022. Disponível em: <https://edam.org.tr/en/turkeys-president-wishes-to-maintain-friendly-ties-with-russia-and-ukraine/>. Acesso em: 22 de novembro de 2022.

YAVUZ. M. Hakan. **Social and Intellectual Origins of Neo-Ottomanism: Searching for a Post-National Vision.** Die Welt des Islams, Vol. 53, n° 3, p. 438-465, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Funcional.E2018122/Downloads/SocialandIntellectualOriginsofNeo-Ottomanism.pdf>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

WIKIPEDIA. **File: TurkicMapAccurate.png.** Wikipedia, 2019. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/File:TurkicMapAccurate.png>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

# DA TÁTICA A PRÁTICA: A TEORIA DO PODER AÉREO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL\*

*Rodrigo Tavares Ferreira<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

O uso dos aviões em conflitos teve a sua origem em 1914, durante a Primeira Guerra Mundial (1ª GM). Inicialmente, os Exércitos utilizavam as aeronaves para realizar missões de reconhecimento das posições inimigas e para observar o terreno, conforme ocorrido na Batalha de *Tannenberg* (BAKER, 2022; DURSCHMIED, 2002). Ao final dessa guerra, estima-se que 20 milhões de pessoas perderam suas vidas ou foram feridas em batalhas mortais, inúteis e destrutivas, como a Batalha do *Somme*. Devido a gigantesca perda de vidas humanas e materiais, alguns estudiosos começaram a observar os aviões como sendo uma ferramenta que poderia diminuir os combates terrestres travados pelos Exércitos e, por conseguinte, poderiam reinventar a guerra tornando-a mais rápida, mais precisa, menos destrutiva e menos mortal (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

A partir de então, o poder aéreo não seria mais usado especificamente para apoiar as tropas em terra. Os aviões seriam usados para levar à guerra ao território inimigo, bombardeando suas fábricas, usinas de energia e cidades (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021). Considerando as informações citadas acima, surge o seguinte questionamento: *Como o Poder Aéreo transformou-se num poder estratégico na Segunda Guerra Mundial (2ª GM)?*

Para responder o questionamento, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente realiza-se uma breve introdução seguida do anúncio da pergunta que norteia este artigo. Na sequência, discorre-se sobre a teoria geopolítica clássica que serviu de referência para o planejamento do poder aéreo dos países beligerantes. Depois disso, descreve-se as evoluções doutrinárias e tecnológicas implementadas para o emprego da aviação na 2ª GM. Em seguida, são tecidas algumas considerações sobre a guerra aérea que ocorreu na Inglaterra, na Alemanha e no Japão. Na parte final deste artigo, são realizadas algumas considerações sobre como o Poder Aéreo tornou-se um poder estratégico.

## 2. A Teoria do Poder Aéreo

Os estudos sobre a aviação militar foram iniciados em 1904 pelos europeus e norte-americanos. Ao término da 1ª GM, diversos entusiastas do Poder Aéreo começaram a construir teorias, que

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 09 de dezembro de 2022.

<sup>1</sup> Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

posteriormente vieram a influenciaram na formulação da doutrina e nos meios das Forças Aéreas de diversos países (KENNEDY, 2014). Nestes estudos, destacaram-se o General *Billy Mitchell*, dos Estados Unidos da América, o Marechal do Ar *Sir Hugh Trenchard*, da Grã-Bretanha, o italiano *Giulio Douhet*, o General sul-africano *Jan Smuts* e o russo-americano *Alexander P. Seversky*.

De uma forma geral, suas proposições convergiam para os seguintes pontos: o poder aéreo era a chave para a vitória na guerra; a Força Aérea deveria ser independente e não como uma força auxiliar do Exército e da Marinha; e a Força Aérea precisaria ser dotada de meios adequados para realizar ataques estratégicos ao território inimigo, com a finalidade de abalar a sua vontade de lutar (KENNEDY, 2014; DOUHET, 1988; DE SEVERSKY, 1942).

Dentre os especialistas citados, o trabalho do engenheiro aeronáutico *Alexander P. Seversky* notabilizou-se ao prever o emprego de bombardeios estratégicos de longo alcance. Por conseguinte, os aviões efetuariam ataques intercontinentais, sobrevoando os oceanos Atlântico e Pacífico, eliminando a ilusão de segurança baseada na distância geográfica (DE SEVERSKY, 1942).

Antes da 2ª GM, a Grã-Bretanha, a Itália e, de certa forma a Alemanha, criaram uma Força Aérea independente. Durante a 2ª GM, países como os Estados Unidos da América e o Japão mantiveram suas Forças Aéreas como parte do Exército ou da Marinha (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

### **3. As evoluções doutrinárias e tecnológicas implementadas na aviação**

A doutrina do bombardeio estratégico partia da premissa que os aviões deveriam atacar alvos estratégicos do inimigo, que teriam como objetivo paralisar a sua economia e acabar com a sua determinação de prosseguir na luta, destruindo o funcionamento da sua máquina de guerra (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Para pôr em prática a doutrina e as teorias, os cientistas e militares constataram que as aeronaves deveriam preencher as seguintes características: voar alto e rápido; atravessar enormes distâncias geográficas; contar com uma blindagem robusta; carregar bombas poderosas; e acertar os alvos no solo com precisão, causando danos significativos às posições inimigas. Sem isto, seria impossível concretizar a suposição de que o avião poderia revolucionar as operações de guerra (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014; DE SEVERSKY, 1942).

De maneira sucinta, os ataques executados contra os inimigos tinham dois tipos de bombardeios: de precisão e de área. O primeiro era concentrado em alvos cruciais como indústrias, fábricas, usinas, refinarias, redes de transporte, siderúrgicas, aquedutos, entre outros. O bombardeio de área, por sua vez, não tinha um alvo específico e não diferenciava os alvos civis e militares, sendo

as cidades atacadas indiscriminadamente. Os dois tipos foram empreendidos pelos ingleses, alemães e norte-americanos (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

No início da 2ª GM as Forças Aéreas já contavam com aviões bombardeiros de médio alcance. A *Royal Air Force* (RAF) possuía o *Typhoon*; a *Luftwaffe* possuía o *Juncker 87*, o *Bf 110*, o *Dornier 17*, o *Heinkel 111* e o *Junker Ju 52*; e a *U.S. Army Air Corps* (USAAC) tinha o *B-17* (Fortaleza Voadora) e o *B-24 Liberator*, ambos empregados na Europa. Em 1942, a *Boeing* desenvolveu o *B-29*, o “Superfortaleza”, um bombardeiro de grande alcance que foi empregado no teatro de operações do Pacífico (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Nas campanhas de bombardeio estratégico era importante a proteção fornecida aos aviões bombardeiros pelos caças. Como exemplo deste tipo de aeronave, podem ser citados: os *Messerschmitt* e *Focke-Wulf* dos alemães; os *Defiant*, *Hawker Hurricane* e os *Spitfire* dos ingleses; os *P-47 Thunderbolt* dos americanos; o *Nakajima Ki-27* os japoneses; e o *Fiat G.50 Freccia* dos italianos (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014). As aeronaves utilizavam bombas alto-explosivas e de fragmentação para bombardear as posições inimigas. Posteriormente, outras duas bombas foram desenvolvidas e empregadas na campanha do Pacífico: as incendiárias, fabricadas com *napalm*, e a bomba atômica (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

Para aproveitar ao máximo o poder destrutivo das bombas, os aviões necessitavam de equipamentos que melhorassem a sua navegação e que identificassem os alvos de forma correta. Desta forma, os pilotos acreditavam que poderiam salvar vidas nos locais que estavam sob ataque. Com esta intenção, cientistas britânicos e norte-americanos desenvolveram equipamentos como a *Mira Norden*, o *Gee*, o *Oboe* e o *H2S*. Todavia, estes equipamentos apresentaram problemas operacionais e careciam de condições meteorológicas quase perfeitas para o seu correto funcionamento, como poucas nuvens, baixa velocidade do vento e temperatura adequada (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

#### **4. A guerra aérea contra a Grã-Bretanha, Alemanha e Japão**

O confronto aéreo entre Forças Aéreas inimigas é algo extremamente complexo. Em vista dessa realidade, três fatores críticos merecem destaque para o cumprimento da missão aérea: 1) a geografia; 2) a escolha dos alvos; e 3) os homens e seus equipamentos (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

##### **a. A Batalha da Grã-Bretanha**

Esta batalha foi a primeira oportunidade de testar a teoria do poder aéreo e os bombardeios estratégicos. Os confrontos aéreos ocorreram entre a Alemanha e o Reino Unido, onde os alemães bombardearam de forma implacável o território inglês entre julho e outubro de 1940, e com menos

intensidade até maio de 1941. O objetivo alemão era o controle do espaço aéreo próximo ao canal da Mancha e a destruição da RAF (KENNEDY, 2014).

A geografia não foi um fator impeditivo nesta batalha, uma vez que a Alemanha é próxima da Inglaterra. Os alemães decolavam de bases aéreas localizadas na costa da França ocupada, e atacavam cidades industriais importantes como *Southampton, Portsmouth, Devonport, Cardiff, Kent, Derby*, e principalmente, *Londres*, despejando milhares de bombas sobre as populações (KENNEDY, 2014).

Nestas cidades, os alemães tinham como alvos a indústria que sustentava a máquina de guerra inglesa, como a fábrica de motores da *Rolls-Royce* e as linhas de montagem dos aviões *Spitfire*. Mas graças a um organizado sistema de defesa, os ingleses conseguiram impedir que a *Luftwaffe* atingisse o seu objetivo nesta campanha aérea. Por sua vez, a Alemanha teve milhares de perdas de pessoal e centenas de danos materiais (KENNEDY, 2014).

#### **b. A ofensiva aérea dos ingleses e americanos contra a Alemanha**

A ofensiva dos aliados contra o território alemão teve início a partir de 1941 e durou até o início de 1945. O objetivo da RAF e da USAAC era atacar a indústria que dava suporte às Forças Armadas da Alemanha, e assim, terminar com a guerra. Portanto, os alvos dos aliados eram os estaleiros, as fábricas de aviões e de munições (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Mais uma vez o fator geográfico não foi um fator impeditivo para os contendores, pelos mesmos motivos apresentados na Batalha da Grã-Bretanha. Isto posto, os B-17 e os *Typhoon* bombardearam cidades industriais importantes, como *Essen, Aachen, Duisburg, Dortmund, Bochum, Düsseldorf, Barmen-Wuppertal, Dresden, Schweinfurt e Regensburg* (GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Nos ataques realizados contra o território alemão, os norte-americanos fizeram bombardeios de precisão diurnos, e os ingleses fizeram bombardeios de área à noite. Esses ataques foram marcados por uma série de complicações, como: aviões com alcance limitado; pilotos que, por segurança, precisavam voar a grandes altitudes; e as péssimas condições climáticas, que impediam que as tripulações identificassem seus alvos, diminuindo a precisão dos ataques. Com tantos problemas em curso, os custos em vidas e equipamentos foram enormes (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

A ofensiva aérea aliada contra a Alemanha custou a vida de vários aviadores aliados, superando as baixas entre os oficiais britânicos na Batalha do *Somme* em 1916. Além disso, centenas de B-17 foram perdidos. Para a população alemã, o preço foi ainda mais caro, com a perda da vida de centenas de milhares de pessoas (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KENNEDY, 2014).

Com todo o poder de ataque dos aviões, vale enfatizar que a guerra só terminou na Europa quando a Alemanha foi ocupada pelos Exércitos aliados, exigindo ao Alto-Comando alemão a rendição incondicional de suas tropas (KISSINGER, 2017; KENNEDY, 2014).

### **c. A U.S. Army Air Corps contra o Japão**

A Operação *Meetinghouse* tinha como estratégia a destruição da indústria de guerra japonesa, e assim enfraquecer as suas Forças Armadas. Posteriormente, o caminho para uma invasão por terra ao Japão estaria aberto. Com esta estratégia, a *U.S. Army Air Corps* bombardeou o território japonês entre novembro de 1944 e agosto de 1945 (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021). Para esta operação, os norte-americanos já contavam com o B-29 o “Superfortaleza”, um avião capaz de carregar mais que o dobro da quantidade de bombas que o B-17, e que também era capaz de voar mais rápido, mais distante e mais alto do que qualquer outro avião bombardeiro (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

O fator geográfico foi um impeditivo para esta operação, uma vez que os norte-americanos precisaram ocupar as Ilhas Marianas, que estavam distantes cerca de 2.500 quilômetros do território japonês. Nestas ilhas, foi construída uma base aérea estratégica, com o maior aeroporto do mundo, de onde decolariam os B-29 rumo ao Japão (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

Inicialmente, a Força Aérea norte-americana realizou bombardeios de precisão à grande altitude, com o objetivo de destruir as fábricas de aeronaves japonesas, as oficinas de montagem de equipamentos militares e os depósitos de petróleo. Mas, devido ao mal tempo e a grande velocidade do vento no local, os ataques fracassaram e não conseguiram causar danos significativos a máquina de guerra japonesa (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

Devido aos fracassos, a USAAC decidiu abandonar a doutrina do bombardeio de precisão e adotou a doutrina do bombardeio de área. Como resultado e com o fito de aumentar a segurança das tripulações durante os voos, o alto comando determinou que os ataques dos B-29 fossem realizados à baixa altitude e a noite. Outrossim, a Força Aérea norte-americana ordenou que fossem utilizadas as bombas incendiárias fabricadas com *napalm* (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021). Os resultados dos ataques com bombas incendiárias sobre o Japão foram arrasadores, queimando em até 78% as áreas de cidades como *Osaka, Kure, Kobe, Nishinomiya, Okayama, Tokushima, Toyama, Yawata, Kumagaya*, entre outras (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021).

O golpe fatal ocorreu no dia 6 de agosto de 1945, quando o B-29 *Enola Gay* lançou a primeira bomba atômica da história sobre a cidade de *Hiroshima* e três dias depois, o B-29 *Enola Gay* lançou a segunda bomba atômica sobre a cidade de *Nagasaki*. Dias depois, ainda em agosto de 1945, o Japão se rendeu de forma incondicional. Esta arma tão devastadora e com efeitos tão catastróficos mudou para sempre a política internacional (BAKER, 2022; GLADWELL, 2021; KISSINGER, 2017).

## 5. Conclusão

O uso de aeronaves em conflitos são uma realidade desde a 1ª GM e perduram até os dias de hoje. O emprego do avião evoluiu de tarefas de reconhecimento das posições inimigas e da observação do terreno, para missões de ataque ao território inimigo.

As teorias do Poder Aéreo acertaram ao prever que uma Força Aérea dotada com os meios adequados seria capaz de bombardear alvos estratégicos no interior do território antagonista, conforme ocorreu na Batalha da Grã-Bretanha, na ofensiva aérea dos ingleses e norte-americanos contra a Alemanha e, principalmente, na Operação *Meetinghouse* contra o Japão. Aviões bombardeiros, como o B-17 e o B-29, causaram prejuízos à infraestrutura e à economia da Alemanha e do Japão, impedindo alemães e japoneses de prosseguirem na guerra por mais tempo.

Outro acerto dos teóricos foi prever que a Força Aérea deveria ser independente do Exército e da Marinha. Antes da 2ª GM, a Grã-Bretanha, a Itália e a Alemanha já possuíam a Força Aérea independente das outras Forças. Nos Estados Unidos da América, a Força Aérea só veio a se tornar independente em 1947, após a 2ª GM.

Em contrapartida, a intenção de que o uso das aeronaves em combates tornaria a guerra mais precisa, menos destrutiva e menos mortal, não se mostrou precisa. Pelo contrário, os bombardeios executados pelos aviões, de precisão e de área, contra a Inglaterra, a Alemanha e o Japão expuseram as populações a enormes sofrimentos com incalculáveis perdas de vidas. Da mesma maneira, grandes quantidades das tripulações das aeronaves morreram nos combates aéreos. Neste ponto, cabe ressaltar que a guerra só terminou na Europa quando a Alemanha foi ocupada pelos Exércitos aliados. No entanto, os aviões, com o poder destrutivo dos seus ataques, ajudaram a encurtar a 2ª GM, com a rendição do Japão em agosto de 1945.

Em vista do exposto, pode-se concluir que o Poder Aéreo se transformou num poderoso e imprescindível poder estratégico, demonstrando a sua extrema importância para o término da Segunda Guerra Mundial.

## Referências:

BAKER, David. **A guerra aérea 1939-1945: o papel da aviação na segunda guerra mundial**. São Paulo: Pé da Letra, 2022.

DE SEVERSKY, Alexander Prokofieff. **Victory Through Air Power**. New York: Simon and Schuster, 1942.

DOUHET, Giulio. **O domínio do ar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

DURSCHMIED, Erik. **Fora de Controle: como o acaso e a estupidez mudaram a história do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.



KENNEDY, Paul. **Engenheiros da Vitória: os responsáveis pela reviravolta na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.

GLADWELL. Malcolm. **A Máfia dos Bombardeiros**. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

# SEGUNDA PARTE



## O BRASIL E O SEU ENTORNO

# A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS TIROS DE GUERRA\*

*Marco André Menezes dos Santos<sup>1</sup>  
Maykon Dutra Barbosa<sup>2</sup>*

## 1. Introdução

Este artigo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa realizada junto aos militares que servem nos Tiros de Guerra (TG), cujo objetivo principal foi verificar a importância estratégica dos Tiros de Guerra para o Brasil. Para atingir o objetivo selecionado, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, realiza-se um breve histórico dos Tiros de Guerra no Brasil, seguido de uma descrição sumária dos principais valores cultuados pelo Exército Brasileiro. Posteriormente, realiza-se uma apresentação sobre a inserção e o papel do Exército Brasileiro no cenário atual, da mesma forma que são tecidos alguns detalhes sobre a Estratégia da Presença. Por fim, são realizadas algumas considerações sobre a importância estratégica dos Tiros de Guerra para o Brasil.

## 2. Breve histórico dos Tiros de Guerra no Brasil

No século XIX, o Exército Brasileiro carecia de uma reserva mobilizável que fosse capaz de integrar o contingente militar em caso de guerra. Nessa época, o serviço militar era prestado por meio do voluntariado ou por meio do recrutamento forçado, dinâmicas que trouxeram sérios obstáculos para a mobilização do contingente militar durante a Guerra da Tríplice Aliança e outras guerras ocorridas no mesmo século (OLIVEIRA, 2007).

Com grandes desafios a serem superados pelo país e com um sistema de recrutamento deficitário, o Brasil se viu obrigado a implementar ações inovadoras para dinamizar o serviço militar que, até então, era praticado no país. Para tanto, o país se inspirou no sistema de mobilização da Suíça e, em 1902, foi criado o primeiro Tiro de Guerra no Brasil, o qual foi denominado de “Sociedade de Propaganda do Tiro Brasileiro”, instituição que tinha como objetivo ministrar instrução de tiro aos cidadãos civis (MAGALHÃES, 1992).

Imediatamente, outros municípios seguiram a mesma ideia e passaram a criar Tiros de Guerra em suas cidades. E assim, não tardou para que fosse criada a Confederação de Tiro Brasileiro em Rio Grande, organização que coordenava e dava as diretrizes para todos os Tiros de Guerra no país

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 17 de novembro de 2022.

<sup>1</sup> Coronel do Exército Brasileiro e atualmente realiza o CPEAEx na ECEME.

<sup>2</sup> Coronel do Exército Brasileiro e atualmente realiza o CPEAEx na ECEME.

(OLIVEIRA, 2007). Anos depois, devido ao aumento e a importância dos Tiros de Guerra no Brasil, foi criada a Diretoria Geral dos Tiros de Guerra em 1917, estrutura subordinada diretamente ao Ministério da Guerra. Tal iniciativa demonstrou o claro interesse do Exército Brasileiro pelos Tiros de Guerra, ressaltando a importância estratégica desses órgãos junto ao país no início do século XX. Para que se tenha uma ideia, nesse período o Brasil chegou a possuir 572 Tiros de Guerra, os quais abrigavam um efetivo de cerca de 50.000 (cinquenta mil) atiradores, números que representam uma média de quase 100 atiradores a cada Tiro de Guerra (MIOTTO, 1994).

Contudo, com o advento da 1ª Guerra Mundial, os Tiros de Guerra sofreram profundas modificações estruturais. Questionou-se à cúpula militar da época, a validade dos Tiros de Guerra e considerou-se que houve questões que desvirtuaram os princípios fundamentais destas organizações, o que gerou descrédito e decadência desses órgãos junto ao Exército Brasileiro (MOSCA, 2002). Além dessas questões, percebeu-se o desequilíbrio social que havia entre os atiradores e os soldados. Se os atiradores, majoritariamente, eram oriundos de classes sociais mais favorecidas, os soldados, em sua grande maioria, eram analfabetos.

Durante a 2ª Guerra Mundial, os Tiros de Guerra sofreram novas adaptações, sendo extintos em localidades onde existiam Organizações Militares do Exército Brasileiro. Após o final da 2ª Guerra Mundial, quando tudo caminhava para a extinção definitiva dos Tiros de Guerra no Brasil, o interesse das autoridades municipais pelos Tiros de Guerra mostrou ser o fiel da balança e permitiu que se mantivesse o funcionamento dos Tiros de Guerra por meio de uma inserção na pauta da Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946).

Desde então, os Tiros de Guerra têm funcionado no Brasil sob um formato híbrido, o qual é composto pelo interesse e forte apoio dos municípios de um lado e, pela coordenação e diretriz de funcionamento estabelecida pelo Exército Brasileiro de outro lado.

### **3. Valores do Exército Brasileiro**

Indissociável a História do Brasil, o Exército Brasileiro é uma instituição fortemente identificada com o povo brasileiro, haja vista sua participação nas lutas pela independência e na manutenção do território brasileiro. Tendo em vista essa relação histórica, verifica-se que as tradições e vocações do Exército Brasileiro foram definidas e consolidadas ao longo do processo histórico-cultural da Nação com forte ligação com a sociedade brasileira:

- Tradições de bravura, sacrifício e participação na conquista e na manutenção da soberania, da unidade e da integração e a promoção da paz social; de culto e respeito à Pátria, aos seus símbolos, aos chefes militares, aos heróis e aos momentos históricos da formação.

- Vocação democrática, com base nos ideais de liberdade e repulsa aos extremismos, às ideologias e aos regimes autocráticos. A vocação democrática do Exército Brasileiro é reforçada pela presença de brasileiros oriundos de diferentes classes sociais e credos religiosos, pela igualdade de oportunidades de acesso à carreira militar e por sua lealdade ao compromisso permanente com a liberdade e com a democracia.

- Vocação de solidariedade, manifestada sobretudo na assistência às populações mais carentes, bem como em situações de calamidade pública, mantendo-se imune e desvinculado da influência de qualquer organização político-partidária.

Ou seja, fica bastante claro que a instituição possui um papel social bem definido no Brasil e que está diretamente ligado ao seu posicionamento enquanto instituição capacitada à formação educacional, cívica e moral dos jovens. O auxílio das Forças Armadas brasileiras, em particular o que é prestado pelos Tiros de Guerra na formação moral e cívica dos jovens brasileiros, é um dos mais importantes papéis desempenhados pela instituição. Trabalhando em conjunto, os seus integrantes buscam definir os rumos e direcionam seus esforços com o propósito de cumprir a missão constitucional e suas complementariedades.

Nos últimos anos, o Exército Brasileiro tem adotado uma política muito mais participativa e proativa, seja como instituição formadora de jovens soldados, seja como um agente a serviço da formação educacional ou em apoio à comunidade prestando auxílios em geral. Todas as ações sociais implementadas pela instituição visam ao estreitamento das relações com a comunidade, bem como buscam ampliar o conhecimento da sociedade sobre as atividades militares.

#### **4. O Exército Brasileiro no cenário atual**

A globalização permitiu possibilidades para todos os segmentos sociais participarem da chamada educação informatizada. À medida que novas tecnologias de ponta surgem num espaço relativamente curto, os antigos bens com o mesmo *know-how* se popularizam, tornando-se mais acessíveis para as camadas menos favorecidas.

Na era do conhecimento, com as pessoas tendo acesso cada vez mais fácil e mais rápido às informações, as transformações sociais, culturais e econômicas estão acontecendo cada vez mais rápido, pelo que acabam reformulando princípios, moralidade e éticas na sociedade. Nesse cenário turbulento e complexo, aumenta ainda mais o valor das Forças Armadas na sociedade moderna. No Brasil, sua interação com a sociedade dar-se-á por meio da informação e na relação representativa com as principais instituições sociais, ou seja, utilizando-se dos instrumentos da comunicação moderna, o Exército Brasileiro busca difundir no seio da população imagens simbólicas e sagradas

para a nação brasileira, visando engendrar no seio da população civil elementos que justifiquem o sentido de ser brasileiro.

Dada a necessidade de difundir a cultura militar na sociedade, sobretudo entre os jovens, tanto para promoção dos princípios morais e cívicos do Exército Brasileiro, quanto para formação intelectual dessa juventude, o Exército Brasileiro tem feito ações no sentido de se apresentar mais à sociedade, de divulgar ainda mais sua missão e suas metas sociais junto à sociedade brasileira. Inserido nesse rol de ações, os Tiros de Guerra têm em seu âmago a essência de uma escola que interfere diretamente na qualidade de vida das pessoas. Dessa forma, além de formar reservistas de 2ª Categoria para o Brasil, os Tiros de Guerra também promovem um maior entrelace entre o Exército Brasileiro e a sociedade.

Dentro da estrutura organizacional do Exército Brasileiro, os Tiros de Guerra foram redescobertos como fontes potenciais de comunicação social, favorecendo a disseminação da cultura militar e a ampliação do efetivo de jovens que participam do serviço militar obrigatório. São estes órgãos, também, excelentes oportunidades de formação educacional da juventude, que têm o duplo privilégio de servirem à Pátria, ao tempo em que adquirem noções de cidadania e civismo, promovendo ainda, num terceiro estágio, a valorização das instituições militares na sociedade brasileira.

## **5. Estratégia da Presença**

De acordo com a Política Nacional de Defesa, garantir a Soberania, o Patrimônio Nacional e a Integridade Territorial, bem como preservar a coesão e a unidade nacionais são objetivos nacionais de defesa (BRASIL, 2005). Para atender a tais necessidades, a Estratégia Nacional de Defesa preconiza que o Exército Brasileiro deve promover a integração e a cidadania, aperfeiçoando o Serviço Militar Obrigatório e intensificando a presença dos Tiros de Guerra em áreas estratégicas de baixa densidade demográfica (BRASIL, 2013).

Para alcançar os objetivos estabelecidos na Política Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro adotou a estratégia da Presença, baseada em dois aspectos fundamentais: o primeiro aspecto, direcionado à expressão militar, caracteriza-se pela criteriosa articulação territorial das Organizações Militares e pela capacidade de rápido deslocamento e concentração para qualquer região do País; o segundo aspecto, direcionado à expressão psicossocial, caracteriza-se pelo desenvolvimento da mentalidade de defesa e pela integração da expressão militar junto à sociedade brasileira (BRASIL, 2015).

No entendimento de Gonzales (2008), os Tiros de Guerra podem ser definidos como uma rede institucional estratégica que se apresenta em alguns locais, em função de diversas variáveis. Por meio

de Tiros de Guerra localizados em várias partes do território nacional, o Exército Brasileiro atende à estratégia da Presença, da mesma forma que promove a integração nacional e leva cidadania aos jovens que prestam o Serviço Militar Obrigatório, sobretudo em municípios de baixa densidade demográfica. Ou seja, além de prestar relevante apoio à sociedade brasileira, os Tiros de Guerra se constituem em valiosas ferramentas estratégicas para o Exército Brasileiro, uma vez que auxiliam a instituição no alcance dos objetivos definidos pela Política Nacional de Defesa.

Atualmente, existem 221 (duzentos e vinte e um) Tiros de Guerra em funcionamento no Brasil. Distribuídos em quase todas as Unidades de Federação do Brasil, somente os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Acre, Amapá e Roraima não há Tiros de Guerra. No caso do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, a ausência dos Tiros de Guerra é explicada pelo fato de tais estados possuem um número extenso de Organizações Militares do Exército Brasileiro localizadas em diversos municípios de grande, médio e pequeno porte. No caso do Acre, Amapá e Roraima, a justificativa se dá pelo fato de que tais estados, além de possuírem área e população reduzidas, abrigam várias Organizações Militares operacionais em suas respectivas áreas de jurisdição.

## **6. Considerações Finais**

Este artigo retoma o objetivo norteador da proposta deste trabalho e apresenta as seguintes considerações sobre a importância estratégica dos Tiros de Guerra no Brasil:

A primeira consideração é sobre a importância dos Tiros de Guerra junto à sociedade brasileira, particularmente no serviço social prestado junto ao jovem brasileiro oriundo de locais longínquos e isolados. No atual mundo globalizado, os Tiros de Guerra são uma ferramenta que o Exército Brasileiro possui para integrar o jovem à Instituição, difundindo os valores cívicos e morais da sociedade.

A segunda consideração relevante é sobre a função do Tiro de Guerra como organização do Exército Brasileiro que busca zelar pela segurança nacional, mantendo a identidade da Nação. A existência de 221 Tiros de Guerra no Brasil complementa e auxilia a tarefa do país, em particular do Exército Brasileiro, em manter coeso e unido o território nacional.

A terceira e última consideração é de ordem econômica. Tendo em vista a necessidade da instituição em diminuir o efetivo, os Tiros de Guerra auxiliam o Exército Brasileiro na tarefa de formar o efetivo mobilizável para uma eventual necessidade, na medida em que tais Organizações Militares formam o reservista de 2ª categoria em várias partes do território nacional a um custo muito mais baixo do que o praticado nas demais Organizações Militares.

**Referências:**

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Informativo Estratégico. Estratégia da Presença: Antigos conceitos, novas ideias**. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia da presença**. São Paulo: USP, 2008.

MAGALHÃES, João Batista. **A evolução militar do Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

MIOTTO, Geraldo Antônio. **Tiro de Guerra: histórico e organização: contribuições para o Exército e a sociedade**. Rio de Janeiro: ECEME, 1994.

MOSCA, Alexandre Gouvêa. **Escola de Instrução Militar/Tiro de Guerra: fator de comunicação social no mundo globalizado**. Rio de Janeiro: ECEME, 2002.

OLIVEIRA, Hermann Moreira de. **O papel dos Tiros de Guerra na comunicação social do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: ECEME, 2007.



# DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS: A (IN)APLICABILIDADE NAS OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM\*

*Leandro Tafúri Mattoso<sup>1</sup>*  
*Leandro Leite de Almeida<sup>2</sup>*  
*Moabe da Costa Luna<sup>3</sup>*

## 1. Introdução

O mundo contemporâneo, além de complexo, é monitorado por diversas organizações supranacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) é uma dessas organizações que buscam estabelecer normas internacionais a serem seguidas pelos Estados. Não pelo acaso, a ONU se tornou a principal instituição supranacional no globo e que produz documentos voltados para regular a guerra entre Estados, particularmente no que se refere ao direito de guerra *Jus Ad Bellum*, que configura as condicionantes para que um Estado declare guerra de modo justo a outro Estado. Quando o conflito é deflagrado, é aplicado o *Jus in Bello*, que nada mais é uma forma de limitar os danos materiais e humanos existentes em uma guerra. Este conjunto de normas que regem um conflito armado é chamado de Direito Internacional dos Conflitos Armados, ou simplesmente DICA.

Tendo em vista que o ambiente urbano e a não-linearidade são características da guerra contemporânea, a identificação do inimigo e de um objetivo militar se torna uma atividade cada vez mais complexa. Em vista dessa realidade, o DICA tem assumido um papel cada vez mais importante nos conflitos modernos, haja vista que a principal razão de ser do DICA é evitar os efeitos colaterais advindos de uma guerra.

Trazendo essa realidade para o Brasil, nota-se que as últimas operações de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) realizadas pelo Exército Brasileiro (EB) ocorreram em áreas densamente urbanizadas. As operações Arcanjo, São Francisco e Furacão, são exemplos dessa realidade, uma vez que as três operações foram realizadas em áreas de grande adensamento populacional na cidade do Rio de Janeiro, locais onde há a presença de agentes de perturbação da ordem pública (APOP) equipados com armamentos pesados e que utilizam técnicas e táticas típicas de combates em ambiente urbano. Ou seja, as Op GLO se assimilam ao combate moderno.

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 1º de dezembro de 2022.

<sup>1</sup> Major do Exército Brasileiro e atualmente realiza o CAEM na ECEME.

<sup>2</sup> Major do Exército Brasileiro e atualmente realiza o CAEM na ECEME.

<sup>3</sup> Major do Exército Brasileiro e atualmente realiza o CAEM na ECEME.

No transcurso dessas operações, foram observadas inúmeras restrições de esfera jurídica às tropas em Op GLO que dificultaram e algumas vezes até mesmo inviabilizaram a atuação das tropas. Em decorrência disso, a violência urbana e o emprego militar das Forças Armadas no Rio de Janeiro frequentemente tem suscitado o debate quanto à admissibilidade de tratarem-se, ainda que pontualmente, de conflito armado não-internacional (CANI) e a conseqüente aplicabilidade do DICA, com implicações para a soberania nacional.

Diante dessas considerações, este artigo intenciona investigar a admissibilidade e aplicabilidade do DICA na atuação das Forças Armadas Brasileiras em território nacional, particularmente na cidade do Rio de Janeiro, jogando luz sobre as conseqüências à soberania nacional.

## **2. Direito Internacional dos Conflitos Armados**

Os séculos de conflitos armados em muito superam os séculos de paz, o que configura o fenômeno da guerra como realidade permanente na história das civilizações (PALMA, 2012). Segundo a concepção clausewitziana, a guerra nada mais é de que um ato de força a partir do choque de vontades entre forças vivas, levando os contendores a extremos recíprocos (CLAUSEWITZ, 2010). Repete-se, pois, a definição apresentada por Clausewitz:

**“...a guerra é um ato de violência e não há nenhum limite para a manifestação dessa violência. Cada um dos adversários executa a lei do outro, de onde resulta uma ação recíproca, que, enquanto conceito, deve ir aos extremos...”**  
(CLAUSEWITZ, 2010, p.10, grifo nosso).

Na busca de humanizar os efeitos devastadores dos conflitos armados, limitar os meios e os métodos empregados e proteger combatentes e não combatentes, surgiram iniciativas para disciplinar juridicamente o fenômeno da guerra. Dessa iniciativa, derivou a concepção do “*Jus in bello*”, ou Direito da Guerra. Cabe destacar que o termo não se confunde com o “*Jus ad bellum*”, ou seja, “direito de ir à guerra” ou “de fazer guerra” (PALMA, 2012). O recurso da guerra, em teoria, foi abandonado pelos países, intenção consubstanciada na Carta das Nações Unidas. A prática, no entanto, não acompanhou essa visão idealista, haja vista os inúmeros conflitos desencadeados até os dias de hoje em diversas partes do globo.

Portanto, da necessidade ainda atual e premente de disciplinar a guerra, surgiu o “Direito da Guerra, ou Leis da Guerra”, também chamado de “Direito Internacional dos Conflitos Armados” (DICA) ou “Direito Internacional Humanitário” (DIH), que constitui em ramo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, dentro do Direito Internacional Público. Desde a obra de *Henry Dunant*, “*Reuerdo de Solferino*” (1862), uma das gêneses do DICA na Idade Contemporânea, uma miríade de tratados e diplomas legais internacionais compuseram o bojo do DICA, cujo coração

normativo contemporâneo está constituído pelas quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977 (PALMA, 2019).

O DICA, desenhado para os conflitos armados, está composto de duas vertentes: uma disciplina a condução das hostilidades, sendo especialmente endereçada aos combatentes; a outra regulamenta o tratamento das pessoas em poder do inimigo, podendo alcançar tanto militares, quanto civis (PALMA, 2019). Os princípios fundamentais que regem o DICA são: distinção, limitação, proporcionalidade, necessidade militar e humanidade (BRASIL, 2011).

Conforme as normas internacionais inseridas no DICA, os conflitos armados podem ser classificados em: conflitos armados internacionais (CAI), caracterizado pelo enfrentamento armado entre dois ou mais Estados-Nação, abarcando inclusive aqueles de libertação nacional; e os conflitos armados não-internacionais (CANI), ocorridos dentro do território de um país. Enquanto os CAI possuem definição e normas bem definidas e amplamente aceitas, os CANI não gozam da mesma receptividade e clareza (PALMA, 2019).

Quanto aos CANI, o DICA consagra o art. 3º, comum às quatro Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional II de 1977. Entende-se, também, como princípio basilar, a reciprocidade para a admissão do CANI. Nesse sentido, é imprescindível que os grupos armados (agentes não estatais) tenham a capacidade de respeitar o DIH, pois esse é o critério fundamental que, sob o prisma da **reciprocidade** na proteção normativa, justifica os outros elementos da definição (PALMA, 2019).

Segundo Palma (2019), nota-se uma resistência dos Estados nacionais em recepcionar o DICA no que concerne aos CANI, bem como uma dificuldade em reconhecer a ocorrência desse tipo de conflito em seus respectivos territórios. Isso decorre do receio de flexibilização da soberania decorrente da potencial intervenção estrangeira sob o manto humanitário, além da possibilidade em legitimar a parte adversa. Além dos citados aspectos referentes à segurança e soberania nacionais, uma das principais consequências de uma eventual aplicação desse arcabouço privativo de conflitos armados é que se estaria falando de imunidade à persecução penal nos casos de morte de indivíduos legalmente engajados nas hostilidades (CINELLI, 2017). Ou seja, poderia criar-se precedente para não imputar crime comum àqueles que perpetrassem violência dentro do território nacional contra agentes estatais, em particular pertencentes aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas.

### **3. Operações de Garantia da Lei e da Ordem**

O alicerce jurídico para o emprego das Forças Armadas Brasileiras em ações de Garantia da Lei e da Ordem estão reguladas pela Constituição Federal em seu artigo 142:

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à **garantia** dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da **lei e da ordem**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

As operações de Garantia da Lei e da Ordem funcionam como um dispositivo do Estado para manutenção da ordem institucional nos casos em que haja o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública ou em graves situações de perturbação da ordem. O artigo 144 da Constituição Federal define as responsabilidades de segurança pública da seguinte forma:

“Art. 144. A segurança pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares” (BRASIL, 1988).

Conforme apresentado, a decretação da GLO compete ao presidente da república. Pode haver ou não, a solicitação dos governadores para a sua implementação, ou ainda, pode ser implementado pela iniciativa dos demais poderes constitucionais (Legislativo e Judiciário). Ao estabelecer GLO, cabe ao presidente tratar o caso como uma situação de não normalidade, delimitando o local e tempo de duração das ações, sendo assim uma atividade episódica.

A Lei Complementar nº 97, de 1999 e o Decreto 3897, de 2001 estabelecem as condições de emprego e concedem provisoriamente aos militares o amparo de atuação com poder de polícia até o restabelecimento da normalidade nas operações de GLO. Conforme o Ministério da Defesa, para que seja caracterizado a adoção das Op GLO, é necessário que o enquadramento esteja tipificado e definido conforme o quadro abaixo:

**Figura 1 - Finalidade das Operações GLO**

<b>Operações de GLO</b>	
<b>Tipo</b>	<b>Definições</b>
Violência urbana	De acordo com o Art. 15, da Lei Complementar nº 97/99
Greve da Polícia Militar	
Outras*	
Seguranças de eventos	De acordo com o Art. 5º do Decreto nº 3.897/2001
Garantia da votação e apuração	De acordo com o Código Eleitoral Brasileiro
* Outras: Op referentes a questões indígenas, segurança de instalações de interesse nacional e etc.	

**Fonte: Ministério da Defesa, 2021.**

Ao consultar os arquivos existentes no Ministério da Defesa, verifica-se que o Exército Brasileiro atuou em 107 (cento e sete) Op GLO entre o ano de 1992 e o ano de 2022.

**Figura 2 - Total de Operações de GLO (1992 - 2021)**

	<b>Tipo/lista</b>	<b>MD</b>	<b>MB</b>	<b>EB</b>	
<b>GLO</b>	Violência urbana	24	5	21	
	Greve da Polícia Militar	18	4	23	
	Eventos	32	11	27	
	GVA	19	7	12	
	Outros	3	0	24	
	<b>Total</b>		<b>96</b>	<b>27</b>	<b>107</b>

**Fonte: Ministério da Defesa, 2021.**

Embora o emprego das Forças Armadas em GLO no Brasil seja constitucional e recorrente, trata-se de atividade secundária, haja vista que a missão precípua das referidas instituições militares é a defesa da soberania brasileira.

#### **4. Relação entre as Op de Garantia da Lei e da Ordem e o Conflito Armado Urbano**

A queda do muro de Berlim fragmentou os países do Pacto de Varsóvia e fortaleceu a hegemonia da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desde então, a ocorrência de guerra entre Estados tem diminuído, enquanto a deflagração de conflitos internos tem aumentado (BRASIL, 2019). Decorrente dessa realidade, o Brasil tem registrado um aumento da participação de suas Forças Armadas em Op GLO para conter o recrudescimento da violência do crime organizado em centros urbanos e em áreas de fronteira. A participação das Forças Armadas Brasileiras em território nacional se deve ao fato de que as organizações criminosas terem passado a atuar com armamentos, táticas e técnicas típico de uma guerra.

As operações Arcanjo, São Francisco e Furacão ocorridas entre 2010 e 2018, no município e Estado do Rio de Janeiro, foram exemplos de emprego das Forças Armadas Brasileiras contra grupos armados e organizados com táticas de guerrilhas. Para combater estes grupos, as Forças Armadas Brasileiras necessitaram empregar blindados, helicópteros, armamentos e meios utilizados em guerra. Segundo Cavalcanti (2019), o emprego de militares nas operações supracitadas é similar ao de conflitos armados urbanos. A diferença, no entanto, reside nos aspectos legais, visto que nas Op GLO o uso da força militar é limitado e, por sua vez, favorece as organizações criminosas (SOUSA, 2021).

#### **5. Considerações Finais**

A contemporaneidade é marcada por extensa gama de conflitos armados, internacionais e não internacionais, que desafiam e ameaçam os Estados nacionais. O DICA, no intuito de “humanizar” e

disciplinar tais conflitos, traz implicações à soberania das nações, em particular no que tange aos CANI e aos decorrentes riscos de ingerência estrangeira. Nesse contexto, o Brasil não está imune às consequências dessa conjuntura.

O Brasil, maior nação sul-americana em território e população, enfrenta desafios na segurança pública, cuja dimensão podem se equiparar aos conflitos armados. Nas palavras de PALMA (2019, p. 154): “O número de vítimas fatais da criminalidade no Rio de Janeiro é alarmante e pode até superar o número de vítimas em regiões de guerra.”

Não obstante, sem desmerecer sua gravidade, a situação da criminalidade nacional e seu enfrentamento por tropas estatais, incluindo as Forças Armadas Brasileiras, não impõe reconhecimento de CANI ou aplicação do DICA domesticamente. No que tange aos aspectos técnicos, a intensidade dos conflitos e emprego de armamentos de uso restrito não são suficientes o bastante para serem classificadas como CANI. Ademais, as organizações criminosas (ORCRIM) que atuam em território nacional não constituem uma estrutura monolítica. Pelo contrário, são fragmentadas em diversas facções e, ainda no seio de cada uma delas, a estrutura por vezes é celular e randômica.

A multiplicidade de atores e ausência de comando reconhecido e unificado por parte das ORCRIM impossibilita adequá-las como contendores num conflito armado abrigado pelo DICA. Segundo PALMA (2019), haja vista a impossibilidade fática de se colocar o Estado Brasileiro de um lado e a “criminalidade” de outro, dada a fragmentação e a frágil hierarquização das ORCRIM, a situação da segurança pública nacional, ainda que crítica e violenta, não configura CANI. Não obstante, diante do imperativo da reciprocidade, o DICA também não encontraria guarida no cenário em tela, haja vista que as ORCRIM, reconhecidamente, não seguem os ditames legais humanitários.

Por fim, ainda que o DICA possa servir de referencial filosófico e de fonte de princípios às ações militares, particularmente para as Forças Armadas Brasileiras, incluindo seu emprego doméstico em GLO, admitir ocorrência de CANI no Brasil enseja riscos à soberania nacional, além de não contribuir para reverter o grave cenário da segurança pública nacional

### **Referências:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD34-M-03. Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2011.

CINELLI, Carlos Frederico. **Que guerra é essa? Ou melhor... Que civil é esse?** EBlog - Blog do Exército Brasileiro, 2017. Disponível em: [blog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/que-guerra-e-essa-ou-melhor-que-civil-eesse.html](http://blog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/que-guerra-e-essa-ou-melhor-que-civil-eesse.html). Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Tradução: Maria Teresa Ramos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DUNANT, Henry. **Recuerdo de Soferino**. Genebra: CICV, 1867.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Histórico das Operações de GLO 1992-2021**. Brasília: Ministério da Defesa, 2021. Disponível em : <https://www.defesa.gov.br/exercicios-e-operacoes/garanta-dalei-e-da-ordem>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

PALMA, Najla Nassif. **Curso de Direito Militar: Direito Internacional Humanitário e Direito Penal Internacional**. Rio de Janeiro: Universidade Católica de Petrópolis, 2012.

PALMA, Najla Nassif. **Rio de Janeiro: violência urbana exacerbada, não uma guerra**. Revista do Ministério Público Militar, Ano XLIV, nº 31, p. 137-162, 2019. Disponível em: <https://revista.mp.m.mp.br/artigos/?idedicao=31>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

SOUSA, Flávia Ximenes Aguiar de. **O Emprego das Forças Armadas em Situações de Conflitos Internos Graves: Uma Análise das Regras de Engajamento e a Compatibilidade com os Direitos Fundamentais**. Dissertação de Mestrado na Escola de Direito e Administração Pública - IDP, 2021. São Paulo: IDP, 2021

# AS FORÇAS CIBERNÉTICAS E O CONCEITO OPERATIVO DO EXÉRCITO\*

*Augusto Espina Pazos<sup>1</sup>*

## 1. Introdução

A criação e o desenvolvimento das forças cibernéticas tornaram-se uma necessidade e uma realidade para os Exércitos do mundo inteiro, principalmente devido ao avanço vertiginoso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) e a irrupção do ciberespaço como uma nova dimensão, onde ocorrem os conflitos modernos e que se agrega os tradicionais (terrestre, marítima, aérea e espacial).

Diante dessa realidade, pretende-se demonstrar como as forças cibernéticas estão intimamente ligadas ao conceito operativo do Exército Brasileiro e como se constituem como sendo um elemento fundamental para o cumprimento das missões da Força Terrestre no amplo espectro de conflitos.

## 2. Desenvolvimento

Antes de se aprofundar nos aspectos relacionados a uma *força cibernética*, é imperativo apresentar o conceito de *capacidade militar*, que pode ser definido da seguinte maneira:

“... conceito aplicado no nível estratégico que representa a aptidão de uma Força Armada para executar as operações que lhe cabem como instrumento da expressão militar do poder nacional. É obtida mediante a combinação de soluções organizacionais que integram as áreas de doutrina, organização, adestramento, material, liderança, educação, pessoal e infraestrutura...” (BRASIL, 2015, p. 55).

No mesmo delineamento, a Estratégia Nacional de Defesa do Brasil estabelece três setores estratégicos que devem ser desenvolvidas as capacidades militares: nuclear, espacial e cibernético. Cabe ressaltar que na perspectiva de Defesa adotada pelo Brasil, o desenvolvimento das capacidades militares não está restrito a esfera militar. Pelo contrário, transbordam e influenciam a esfera civil, proporcionando o emprego dual e o desenvolvimento da indústria brasileira (BRASIL, 2012).

Dessa forma, entende-se que as forças cibernéticas correspondem a solução organizacional para o desenvolvimento da capacidade militar cibernética. Ademais, são nestas organizações que convergem e integram os demais fatores constitutivos de uma capacidade militar: pessoal,

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 05 de dezembro de 2022.

<sup>1</sup> Tenente-Coronel do Exército do Chile e Oficial instrutor na ECEME.



infraestrutura, adestramento e material. Ao mesmo tempo, incorpora-se um novo elemento que deve ser analisado e que corresponde ao conceito de *emprego dual*.

O termo emprego dual vem sendo amplamente utilizado na temática relacionada à Defesa, mas não possui um significado claro e específico, pois não se encontra definido em nenhum texto ou manual das Forças Armadas Brasileiras. Ao analisar o Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil, publicado em 2020, verifica-se que o conceito de emprego dual é derivado da massificação das “tecnologias duais”, que são as tecnologias descobertas que inicialmente são destinadas para a esfera militar, mas que pode ser aproveitada para a esfera civil (BRASIL, 2020).

O Exército Brasileiro, por meio do Comando de Operações Terrestres, amplia o entendimento sobre o emprego dual e acrescenta que as capacidades militares operativas de proteção, ataque ou exploração cibernética, também podem ser utilizadas em operações ofensivas, operações defensivas e em toda a área das operações de cooperação e coordenação com agências civis e militares (BRASIL, 2017).

Consequentemente, é possível inferir que *uma capacidade militar pode ter um emprego dual, na medida em que a sua utilização pode ocorrer, indistintamente no campo militar, como no civil*. Assim, a capacidade militar cibernética, que teve sua origem baseada nas TICs, foi incorporando aspectos da doutrina militar ao longo de sua trajetória e atualmente é definida na Estratégia Nacional de Defesa como sendo um dos três setores estratégicos para as Forças Armadas Brasileiras. Ou seja, a capacidade militar cibernética tem como característica o emprego dual, podendo ser utilizada na esfera civil, como na militar.

Partindo para o entendimento sobre as operações de amplo espectro, verifica-se que a Concepção Estratégica do Exército Brasileiro, publicada em 2019, estabeleceu que as *operações no amplo espectro* podem ser definidas como sendo:

“...a combinação de atitudes - ofensiva, defensiva, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais - empregada nas operações militares, sucessiva ou simultaneamente, como parte de uma Força Terrestre ou conjunta. As ações executadas - letais e não-letais - devem obedecer ao critério de proporcionalidade com relação aos efeitos desejados e estarem sincronizadas entre si e com os objetivos estabelecidos para cada operação...” (BRASIL, 2015, p. 196).

A definição exposta, abrange qualquer tipo de operação militar, seja de guerra ou de não-guerra, de uma força terrestre ou conjunta, ou seja, uma operação de amplo espectro é o termo de uso geral que, não faz diferença num determinado tipo de operação e será usado para se referir a uma operação militar no seu sentido mais amplo e sem especificações.

Nas Forças Armadas Brasileiras, especificamente na Força Terrestre, são contextualizados três tipos de operações básicas: operações ofensivas, operações defensivas e operações de cooperação e

coordenação com agências. Nesse sentido, é evidente que as operações ofensivas e defensivas são operações eminentemente de guerra, de modo que as operações de cooperação e coordenação com agências, geralmente, correspondem as operações de não-guerra e, como o próprio nome indica, extrapolam o campo eminentemente militar e abrangem a esfera civil.

De acordo com a Doutrina Militar do Brasil, há sete tipos de operações de cooperação e coordenação com agências: 1) Garantia dos poderes constitucionais; 2) Garantia da lei e da ordem; 3) Atribuições subsidiárias; 4) Prevenção e combate ao terrorismo; 5) Sob a égide de organismos internacionais; 6) em apoio à política externa em tempo de paz ou crise; e 7) Outras operações em situação de não guerra (BRASIL, 2019).

Assim, as múltiplas capacidades militares que a Força Terrestre possui, na medida em que podem executar as diferentes operações básicas, conferem a essa Força como um todo, a capacidade geral de executar operações no amplo espectro. O exposto, não significa que a mesma capacidade militar possa, necessariamente, executar operações ofensivas, defensivas e de cooperação e coordenação com agências indistintamente, mas, ao contrário, a soma de todas as capacidades militares disponíveis confere à Força Terrestre a capacidade de executar operações no amplo espectro de conflitos.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado é que, mesmo que uma capacidade militar esteja em condições de realizar ações ou cumprir tarefas em todos os tipos de operações básicas, isso não implica que a execução dessas tarefas no desenvolvimento de operações para as quais não seja sua vocação prioritária, tenha um custo elevado. Isso deve ser analisado, tanto do ponto de vista da perda de treinamento para sua tarefa principal, quanto no desgaste do material e a sua perda de vida útil.

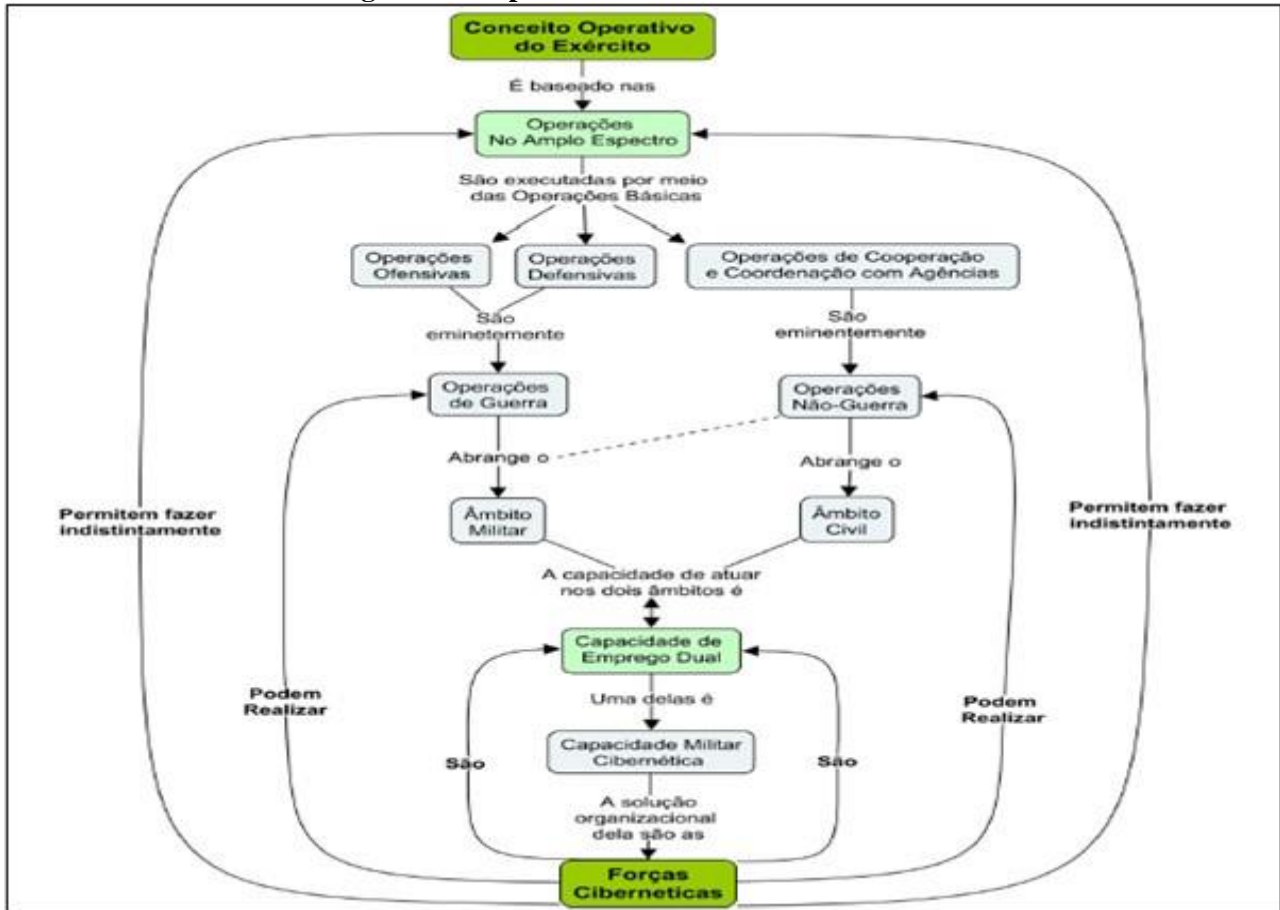
Essa assertiva pode ser evidenciada numa tropa de infantaria blindada, cuja vocação principal é realizar operações ofensivas e algumas tarefas defensivas específicas, mas que também pode executar operações para garantir a lei e a ordem. Esse reordenamento de esforços, por exemplo, implica necessariamente na redução do tempo disponível para o preparo da referida tropa para a sua atividade finalística e, conseqüentemente, no desgaste de seu material em ações para as quais não são as mais adequadas para uma tropa de infantaria blindada.

No tocante às forças cibernéticas, nota-se que elas operam principalmente na quinta dimensão do *ciberespaço* (que se soma às dimensões tradicionais: terrestre, marítima, aérea e espacial). Independente da tarefa ou da missão a ser executada pelas forças cibernéticas, não restam dúvidas de que elas enfrentarão ameaças reais e potenciais, que não diferem substancialmente se estiverem na execução de operações de guerra ou de não-guerra. Portanto, pode-se inferir que, a utilização das forças cibernéticas, independentemente do tipo de operação que executem ou da área em que se

enquadram, são reforçadas e potenciadas no que diz respeito no preparo e emprego, toda vez que atuam em ambientes reais e de simulação.

A seguir, será apresentada uma representação gráfica de como os principais conceitos discutidos neste artigo estão integrados e relacionados com o Conceito Operativo do Exército Brasileiro e com as Forças Cibernéticas.

**Figura 1 - Mapa Conceitual dos Conceitos-chaves**



Fonte: O AUTOR, 2022.

Diante do exposto, pode-se concluir parcialmente que as forças cibernéticas, sendo uma das capacidades militares constitutivas da Força Terrestre, dadas as suas características particulares, colaboram direta e decisivamente na execução das operações no amplo espectro dos conflitos, conferindo à Força Terrestre uma elevada flexibilidade e a capacidade de executar ações em múltiplos domínios e dimensões. Dessa forma, é possível afirmar que as forças cibernéticas estão no coração do conceito operativo do Exército Brasileiro.

### 3. Considerações Finais

O conceito operativo de emprego do Exército Brasileiro é baseado nas operações no amplo espectro dos conflitos. A fim de atender a esse conceito, a Força Terrestre possui múltiplas

capacidades militares que, como um todo, devem ser capazes de executar os diversos tipos de operações básicas.

Evidentemente, a vocação principal de qualquer tipo de capacidade militar é dada pela execução de operações militares de guerra, para as quais concentram seus maiores esforços de treinamento. Porém, dadas as necessidades do Estado e a constante evolução das ameaças, as capacidades militares devem ser capazes de realizar operações militares não-guerra, agrupadas majoritariamente, sob o critério doutrinário de operações de cooperação e coordenação com agências.

No entanto, a flexibilidade e versatilidade que as capacidades militares proporcionam à Força Terrestre no momento de estar em condições adequadas de preparação e emprego para a execução das referidas operações, tem um custo que não pode ser ignorado e que vai em detrimento do preparo para sua função principal, sem considerar o desgaste prematuro dos equipamentos e dos sistemas de armas.

Nessa perspectiva, a partir da evidência de uma série de argumentos teóricos, com base em aspectos doutrinários, é possível identificar as características de emprego dual e de multifuncionalidade das forças cibernéticas, as quais facilitam a execução das operações no amplo espectro. Da mesma forma, e não apenas teoricamente, a execução de operações reais na última década pelo Exército Brasileiro, que envolveram o emprego das forças cibernéticas, demonstraram a crescente importância dessa temática, principalmente em situações de não-guerra.

Todavia, o caráter dual dos equipamentos cibernéticos e o ambiente no qual as forças cibernéticas atuam (*ciberespaço*), proporciona a capacidade militar cibernética realizar operações de guerra e de não-guerra indistintamente, com o grande diferencial de que, tal emprego não implica perda ou desgaste dessa capacidade, mas, ao contrário, potencializa sua capacidade de preparação e emprego. Portanto, pode-se concluir que as forças cibernéticas estão no coração do conceito operativo do Exército Brasileiro, proporcionando significativas qualidades de flexibilidade e versatilidade à força terrestre.

### **Referências:**

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Concepção Estratégica do Exército**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2009.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre - EB20-MF-10.102**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2019.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Manual de Campanha Guerra Cibernética - EB70-MC-10.232**. Brasília: COTER, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. **Glossário das Formas Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa Cibernética - MD31-M-08**. Brasília: Ministério da Defesa, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina Militar de Defesa - MD51-M-04**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

# **PENSAR DEFESA PARA ALÉM DA POLÍTICA: O PAPEL DA ECONOMIA DE DEFESA NA CONSOLIDAÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA\***

*Amanda Neves Leal Marini<sup>1</sup>*

## **1. Introdução**

Earle (2001), ao analisar a respeito do pensamento de List, Smith e Hamilton, aponta que, o poder militar é construído sobre as fundações econômicas de um país. Desse modo, é possível correlacionar esta afirmativa com a reflexão em torno do fomento à Defesa Nacional, abarcando desde a compra até o desenvolvimento de tecnologias, por meio de uma indústria de ponta, passando pela aceleração de programas militares.

Diante dessa constatação. Este artigo tem como objetivo analisar a importância do processo de aquisição de produtos de defesa (PRODE) para o desenvolvimento e consolidação da Base Industrial de Defesa (BID). Para tanto, será destacada a importância da indústria de defesa junto ao Estado e as consequentes inovações tecnológicas geradas pelo setor de defesa e que possuem capacidade de transbordar para os demais setores da sociedade. Na fase final, este artigo apresenta a realidade brasileira e aponta algumas considerações sobre o assunto com base no que foi descrito.

## **2. A indústria de defesa e o Estado**

De acordo com os documentos de defesa do Brasil, a BID é definida como sendo os conglomerados de instituições de natureza estatal e privada, civil e militar, que atuam em pesquisas, desenvolvimento, industrialização, produtos, inovações, avanços, progressos, entre outras ações, aos produtos de defesa (PRODE) no país. A diretriz nº 22, da Estratégia Nacional de Defesa, estabelece que a Base Industrial de defesa deve conquistar a autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa para desenvolver tecnologias de defesa de ponta, como foco voltado para o progresso de capacitações operacionais (BRASIL, 2020; BRASIL, 2012).

Sobre economia de defesa, Sandler e Hartley (1999) definem como sendo o estudo de temas voltados para a Defesa Nacional utilizando as ferramentas da ciência econômica, ou seja, a economia de defesa visa auxiliar a condução de políticas públicas para o setor de defesa, haja vista que o processo de aquisição e a política industrial de defesa requer uma série de especificidades. Neste

---

\* Artigo originalmente publicado no OMPV em 15 de dezembro de 2022.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências Militares na ECEME.

cenário, o Estado, exerce a função de regulador, financiador e comprador, visto ser um setor monopsônio na política industrial de defesa.

O processo de aquisição pressupõe construir e sustentar os sistemas e plataformas de armas, gerando novas capacidades militares, dinamismo e resiliência para a BID, reduzindo os custos econômicos e operacionais. Neste cenário, Hartley (2011) argumenta que as mudanças nas novas tecnologias exigem que as Forças Armadas e as indústrias de defesa se ajustem às novidades e aos novos desafios impostos pela modernidade.

Outrossim, a aquisição pressupõe construir e sustentar sistemas e plataformas de armamentos e equipamentos bélicos que objetivem garantir a defesa e a resistência da BID, o desenvolvimento de inovações no setor e novas capacidades no âmbito militar, reduzindo, dessa maneira, custos que venham a ser elevados economicamente e operacionalmente. Na correlação entre a política econômica e industrial, é crucial que o planejamento estratégico esteja integrado, visto que o ambiente internacional é, cada vez mais, caracterizado por ameaças e incertezas. Por isso, torna-se fundamental refletir e planejar políticas públicas para a indústria de defesa na atual dinâmica competitiva do sistema internacional. Markowski *et al* (2010) acrescenta que a política da indústria de defesa deve ser compreendida como um subconjunto da política de compras de defesa do país, pois além de complementar as aquisições e compras, oferta mais investimentos para a indústria local.

Dessa forma, entende-se que a indústria de defesa é dependente das políticas de Estado. Dessa maneira, a partir do que fora apresentado e analisado, a finança é o ponto nervoso do poder e da guerra. Hartley (2017) ainda pontua que os grandes desenvolvimentos na defesa, como novas tecnologias e a Revolução nos Assuntos Militares (RAM) estão intimamente correlacionados com o fator econômico e com o planejamento estratégico. Em suma, a política industrial robusta e a estratégia de gestão tecnológica, além de gerar maior eficiência militar, ganha forma quando desenvolvida numa política industrial de defesa mais eficiente (HARTLEY, 2017).

### **3. A indústria de defesa e a inovação tecnológica**

Com o fim da Guerra Fria e a estruturação da Nova Ordem Mundial, a conjuntura da indústria de defesa e os dispêndios no setor de defesa sofreram fortes alterações, como foi apontado no *The Military Balance* das últimas duas décadas. Desse modo, é possível correlacionar os gastos globais em defesa, com ênfase no momento pós-2001, com o advento da Guerra ao Terror, com o desenvolvimento de novos sistemas de armas e com o fortalecimento dos sistemas produtivos nacionalizados. Ou seja, o desenvolvimento de novos sistemas de armas e o fortalecimento dos sistemas produtivos nacionalizados, além de promover um gasto expressivo nos dispêndios militares,

no cenário pós-2001, com base no SIPRI (2022) e no *The Military Balance* (2021), transcorre a questão de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D).

Segundo Paret (2001), a ciência e a guerra sempre estiveram intimamente ligadas. Pensamento este que se correlaciona com a argumentação desenvolvida por Ruttan (2006), especialmente, no escopo temporal pós 11/9, uma vez que o autor desenvolve o argumento que o cenário tecnológico seria muito distinto na ausência dos avanços e contribuições tecnológicas militares na área de defesa, visto que não haveria a aceleração do período de maturação e desenvolvimento científico. Gansler (2011), Saunders *et al* (1995) e Leske (2018) corroboram essa assertiva ao apontarem que a inovação tecnológica no meio militar tem sido parcela do processo de evolução dos confrontos armados, tendo como foco o interestatal.

Os gastos para a produção de artefatos bélicos e produtos de defesa, como um todo, são elevados. Logo, Gansler (2011) entende que os investimentos devem ter como foco o aperfeiçoamento tecnológico existente, o que seria mais viável na óptica econômica, pois diminuiria o tempo da maturação tecnológica e proporcionaria melhor desenvolvimento dos sistemas de armas e dos sistemas produtivos nacionalizados. Sobre a inovação no setor de defesa, Leske (2018) pontua que a inovação é o motor da economia, resultado desse processo complexo e dinâmico, enraizado nas interações entre as instituições, caracterizado como um processo evolucionário e sistêmico.

Assim, compreende-se que o desenvolvimento de artefatos tecnológicos e dos sistemas produtivos é de vital importância na área militar. Saunders *et al* (1995) pontuam que o âmago na investigação e na pesquisa tecnológica tem como finalidade evitar assombros que venham a comprometer a soberania e integridade territorial, assim como a segurança regional e internacional, o que ocasiona o dinamismo na área científica e na área tecnológica. Desse modo, com base no que foi discorrido até então, e relacionando com base na Política Nacional de Defesa, compreende-se que:

“A persistência de ameaças à paz mundial requer a atualização permanente e o aparelhamento das nossas Forças Armadas, com ênfase no apoio à ciência e tecnologia para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Visa-se, com isso, à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições unilaterais de acesso a tecnologias sensíveis” (BRASIL, 2012, p.25) .

Com base no proposto até o momento, Proença Júnior (1999) aborda e sintetiza essa compreensão, afirmando que a aplicação de novas tecnologias altera, substancialmente, o caráter e a condução dos conflitos, tendo impacto no potencial de combate e na eficácia militar da força combatente. Não obstante, o Livro Branco da Defesa Nacional apresenta que uma indústria de defesa competitiva e consolidada gera empregos qualificados e incentiva o desenvolvimento tecnológico, com encadeamentos produtivos para outros setores da indústria (BRASIL, 2020).



#### 4. A realidade brasileira

A respeito da realidade brasileira, a Política da Base Industrial de Defesa (PNBID) vislumbra assegurar ao país uma autonomia operacional e tecnológica necessária à atuação das Forças Armadas. O documento também aponta que a Base Industrial de Defesa é um importante motor de crescimento econômico, além de gerador de empregos e renda, com elevado efeito sobre outros setores do ramo industrial (BRASIL, 2022). Dessa forma, nota-se o papel do completo militar-industrial-político.

A respeito a política econômica, ao focar na questão de defesa, o dilema de balas *vs* manteiga (*guns vs butter*) sempre é discutido, assim como a comparação dos gastos deste setor com os demais. Como a política industrial, a política e a estratégia de defesa de um Estado estão relacionadas com a política econômica, Hartley e Sandler (2007) entendem que as mudanças para estabelecer uma política industrial mais eficiente envolverão custos de ajuste e levarão tempo.

Logo, a indústria é a chave para o progresso e para o desenvolvimento contínuo, sendo vital ter setores estratégicos na indústria contemporânea, e o Estado desempenha o papel de ser o agente interventor e planejador. Desse modo, o desenvolvimento econômico, assim como a defesa, não é uma movimentação autônoma, mas sim, dependente das definições de prioridades e do planejamento estratégico estatal, passando pela pauta econômica e política.

Com base no que foi apresentado, vislumbra-se a centralidade da indústria para pensar defesa e planejamento, assim como elaborar políticas públicas nesta área e formar uma estratégia nacional. Para o desenvolvimento do setor de Defesa Nacional como um todo, é necessário o investimento em P&D, como já analisado. Para a realização de tal feito, é imprescindível analisar a política econômica e a política industrial, estas se relacionando com os objetivos pregados nos principais documentos de defesa, para a consolidação, crescimento e expansão da BID.

#### Referências:

BRASIL. **Decreto nº 11.169, 10 de agosto de 2022**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.169-de-10-de-agosto-de-2022-421902614>. Acesso em: 10 de outubro de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

EARLE, Edward. **Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: fundamentos econômicos do poder militar**. In: PARET, Peter. Construtores da Estratégia Moderna, Cap. 7, p. 295-350, 2001. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

- GANSLER, J.S. **Democracy's Arsenal: Creating a Twenty-First Century Defense Industry**. Massachusetts: MIT Press, 2011.
- HARTLEY, K.; SANDLER, T. **Handbook of Defence Economics**. Amsterdam: Elsevier, 2007.
- HARTLEY, K. **The Economics of Defense Policy: a New Perspective**. London: Routledge, 2011.
- HARTLEY, K. **The Economics of Arms**. Newcastle: Agenda Publishing, 2017.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance - 2021**. London: Routledge, 2021.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES - IISS. **The Military Balance - 2022**. London: Routledge, 2022.
- LESKE, A. **Base industrial de Defesa**. In: SAINT-PIERRE, Hector; VITELLI, Marina Gisela. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: UNESP, 2018.
- MARKOWSKI, S. *et al.* **Defence Procurement and Industry Policy: a small country perspective**. London: Routledge, 2010.
- PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.
- PROENÇA JÚNIOR, Domício *et al.* **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- RUTTAN, Vernon. **Is War Necessary for Economic Growth? Military Procurement and Technology Development**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SANDLER, T.; HARTLEY, K. **The Political Economy of NATO**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SAUNDERS, Kenneth; AUGENSTEIN, Bruno; BRACKEN, Paul; KRUMEL, Glenn; BIRKLER, John; CHIESA, James; CRAIN, Cullen M.; HEPPE, R. Richard; HOGLUND, Richard F; NICHIPORUK, Brian. **Priority-Setting and Strategic Sourcing in the Naval Research, Development, and Technology Infrastructure**. Santa Monica: RAND Corporation, 1995.

## **Declaração de Direitos Autorais**

Sob o Panorâmico, cumpre mencionar que está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

## **Aviso importante**

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.





# PANORÂMICO

## PERIÓDICO DO OMPV

